

MARCO SALLES ANDREIS

**MAPEAMENTO DE RISCOS EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
- BANCO FEDERAL - PARA AUDITORIA EFICAZ**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

**CURITIBA
2003**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares pela compreensão nas horas de ausência dedicadas à elaboração deste trabalho, aos Professores do Curso de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná, em especial ao Professor orientador Blênio César Severo Peixe, pelo auxílio e supervisão na elaboração desta monografia.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABR	Auditoria Baseada no Risco
AICPA	Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados
AUDIBRA	Instituto dos Auditores Internos do Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IAIB	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IBRACON	Instituto Brasileiro de Contadores
IF	Intermediário Financeiro
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia Nacional
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
SEC	<i>Security and Exchange Commission</i>
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TED	Transferência Eletrônica Disponível
TI	Tecnologia da Informação
PAAAI	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
WWW	<i>World Wide Web</i>

LISTA DE EXPRESSÕES ESTRANGEIRAS

Compliance	-	Conformidade; estar em <i>compliance</i> é o mesmo que estar em conformidade com leis bem como regulamentos internos.
Hedge	-	Operação financeira realizada com prazo simultâneo a uma outra obrigação, com o objetivo de reduzir os riscos relativos àquela obrigação.
In loco	-	No local.
Internet	-	Rede mundial de computadores que permite a comunicação e a transferência de dados.
Intranet	-	Rede corporativa de computadores interligados.
Joint Venture	-	Associação de empresas, não definitiva, para explorar determinado(s) negócio(s), sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do SFN.....	34
Quadro 2 - Quadro Comparativo.....	56
Quadro 3 - Variáveis.....	77
Quadro 4 - Risco Calculado.....	86
Quadro 5 - Resultado Auditorias.....	87
Figura 1 - Representação gráfica do percentual de risco obtido no somatório das unidades por grupos.....	88
Quadro 6 - Consolidação por Grau de Risco Atribuído.....	89
Figura 2 - Representação gráfica da consolidação das repostas do grupo “Controles” por grau de risco.....	90
Figura 3 - Representação gráfica da consolidação das repostas do grupo “Negócios” por grau de risco.....	91

RESUMO

ANDREIS, Marco Salles – **Mapeamento de Riscos em Instituição Financeira – Banco Federal – para Auditoria Eficaz**. Os bancos, assim como empresas com outros ramos de atividades, correm riscos em suas atividades empresarias. Por isso é necessário que, esses riscos estejam sendo continuamente reconhecidos e avaliados. Os administradores devem definir os níveis de riscos que estão dispostos a assumir, sendo a avaliação de riscos uma responsabilidade da administração, mas cabe à auditoria interna fazer uma avaliação própria desses riscos, e por meio dessa avaliação recomendar ação pró-ativa de gerenciamento dos mesmos. Essa avaliação deve cobrir todos os riscos enfrentados pelo banco e operar em todos os níveis dentro da organização. A Resolução do 2554/98 do CMN, publicada pelo BACEN, em consonância com as determinações do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, determinou a implantação, pelas instituições financeiras, de sistemas de controles internos voltados para suas atividades, sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais, além do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. A resolução definiu a obrigatoriedade da participação da área de auditoria Interna que é identificada como parte integrante dos sistemas de controles internos e determinou ainda, a necessidade de acompanhamento sistemático do sistema. Isso porque problemas financeiros/operacionais de um banco podem causar prejuízos em cadeia, atingindo todo o sistema financeiro de uma nação. A avaliação do risco em auditoria interna, através do seu mapeamento, identifica, mede e prioriza os riscos para possibilitar a focalização das áreas auditáveis mais significativas, é utilizada para definir as áreas mais importantes dentro do seu âmbito, permite ao auditor delinear um programa de auditoria capaz de testar os controles mais importantes, ou testar os controles com maior profundidade ou mais minuciosamente. Conhecer riscos, para poder medi-los e avaliá-los é necessidade de qualquer empresa e fundamental para a área de auditoria interna, em especial nas instituições financeiras, empresas que intermediam valores de terceiros, condição para o sucesso do negócio e saúde do mercado financeiro como um todo.

Palavras chaves:

Auditoria Baseada no Risco – Auditoria Interna – Comitê de Supervisão Bancária da Basileia – Instituições Financeiras – Mapeamento de Riscos – Matriz de Risco.

E-mail do autor: marcoandreis@uol.com.br

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	II
LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	III
LISTA DE EXPRESSÕES ESTRANGEIRAS.....	IV
LISTA DE FIGURAS E QUADROS.....	V
RESUMO.....	VI
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1 CONTROLE.....	5
2.1.1 Controle Interno.....	6
2.1.2 Princípios Fundamentais dos Controles Internos.....	8
2.1.3 Responsabilidade pelo Sistema de Controle Interno.....	9
2.1.4 Objetivo do Controle Interno.....	10
2.1.5 Influência do Controle Interno no trabalho da Auditoria.....	10
2.1.6 Avaliação do Sistema de Controle Interno.....	11
2.2 AUDITORIA.....	12
2.2.1 Origem e Evolução.....	13
2.2.2 Evolução da Auditoria no Brasil.....	17
2.2.3 Auditoria Externa.....	19
2.2.4 Auditoria Interna.....	20
2.2.5 Responsabilidade e Importância da Auditoria Interna.....	22
2.2.6 Finalidade e Objetivo da Auditoria.....	24
2.2.7 Tipos de Auditoria Interna.....	25
2.3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	31
2.3.1 Instituições Financeiras.....	31
2.3.2 Estrutura do Sistema Financeiro.....	32
2.3.3 Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia.....	36
2.3.4 Princípios Definidos pelo Comitê da Basiléia.....	37
2.3.5 Princípios para a Avaliação de Sistemas de Controles Internos.....	43
2.3.6 Atribuições do Banco Central do Brasil.....	47
2.3.7 Objetivos da Supervisão Bancária.....	48

2.4 RISCOS.....	49
2.4.1 Administração de Riscos.....	50
2.4.2 Administração de Riscos em Instituições Financeiras.....	52
2.4.3 Padrões Mínimos para Gestão de Riscos.....	54
2.4.4 Tipos de Riscos para as Instituições Financeiras.....	54
2.5 CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS NAS ATIVIDADES BANCÁRIAS.....	55
2.5.1 Risco de Crédito.....	56
2.5.2 Risco País e Risco de Transferência ou Soberano.....	58
2.5.3 Risco de Mercado.....	59
2.5.4 Risco de Taxa de Juros.....	60
2.5.5 Rico de Liquidez.....	62
2.5.6 Risco Operacional.....	63
2.5.7 Risco Legal.....	64
2.5.8 Risco de Reputação.....	65
2.5.9 Outros Riscos.....	65
2.6 DEFINIÇÃO DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO EM QUESTÃO.....	67
2.7 NORMAS PARA ADEQUAÇÃO AO PADRÃO DA BASILÉIA.....	70
2.7.1 Principais Riscos Para as Instituições Financeiras.....	71
2.8 O NOVO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO E SUA CONTRIBUIÇÃO	72
2.9 A AUDITORIA BASEADA NO RISCO.....	73
2.10 MAPEAMENTO DE RISCO.....	76
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	78
3.1 COLETA, ANÁLISE E FORMA DE TRATAMENTO DOS DADOS.....	78
4 ESTUDO DE CASO.....	79
4.1 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.....	79
4.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO DE CASO.....	80
4.2.1 Objetivos do Projeto de ABR na Empresa.....	80
4.2.2 Modelo de ABR definido pela Auditoria Interna.....	83
4.2.3 Análise do Resultado das Auditorias.....	86
4.2.4 Consolidação de Informações.....	91
5 CONCLUSÃO.....	95
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
7 ANEXOS.....	101

- ANEXO 1.....	102
- ANEXO 2.....	107
- ANEXO 3.....	108
- ANEXO 4.....	115
- ANEXO 5.....	116

1 INTRODUÇÃO

O risco faz e sempre fez parte do dia-a-dia do ser humano. Ainda na pré-história o homem procurava, mesmo que inconscientemente, minimizar os riscos que o cercavam. Abrigava-se em cavernas, utilizava-se de paus e pedras como armas de defesa pessoal, objetivando proteger-se do risco iminente de ser atacado por animais ou mesmo por homens de grupos rivais.

O tempo passou, o homem evoluiu, mas a possibilidade de que algo ou alguma coisa ruim aconteça permanece intimamente ligada à palavra risco. No dicionário A. FERREIRA (1986, p.1512) o termo risco é definido como: “perigo ou possibilidade de perigo” ou ainda “situação em que há probabilidades mais ou menos previsíveis de perda ou ganho como, por exemplo, num jogo de azar, ou numa decisão de investimento”. BUENO (1996, p.579), define risco como “risca, delineamento, esboço, traçado, perigo”.

Segundo BERNSTEIN (1997, p.8), a origem da palavra risco vem do italiano antigo, *risicare*, que significa “ousar”; já THOMPSON (1992, p.13) entende que “risco é a variação potencial nos resultados”.

Estando associado ao perigo, podendo ser definido como um esboço ou traçado ou ainda, variação potencial nos resultados e, tendo origem na palavra ousar, o risco existe em todas as atividades da vida humana. No entanto, a exposição ao risco em menor ou maior grau é uma opção, sendo então possível medi-lo, avaliar suas conseqüências para poder geri-lo.

O risco está associado ao cotidiano e a todas as ações do ser humano e das instituições e envolve tomada de decisões, havendo riscos envolvidos em cada

escolha. Nos negócios e nas finanças ele é constante e na capacidade de uma instituição financeira mensurar essa variável pode estar o diferencial nos negócios.

Segundo SABBAG (1999, p.3) “a identificação dos riscos coloca em questão a percepção do gerenciador quanto às fontes de incerteza e a sua tradução em riscos, que depende de um esforço sistemático e permanente”.

A gestão de risco está envolvida no negócio dos modernos intermediários financeiros - IFs.

Para SAUNDERS (2000, p. 17) “os mercados financeiros existentes na realidade não são perfeitos, os IFs desempenham a função positiva de assumir e gerir riscos em nome de seus clientes, mediante a combinação de riscos e a venda de seus serviços como especialistas em risco. Portanto, assim como um fabricante de calçados precisa administrar um estoque de couro, o IF deve gerir um estoque de riscos”.

Os administradores devem definir os níveis de riscos que estão dispostos a assumir. A avaliação de riscos é uma responsabilidade da administração, mas cabe à auditoria interna fazer uma avaliação própria dos riscos, comparando-a com a feita pelos administradores. Surpresas desagradáveis podem ser evitadas por meio da ação pró-ativa de identificação e gerenciamento dos riscos.

Como é possível esperar a realização de um trabalho de auditoria pontual sem o conhecimento e devido mapeamento dos riscos envolvidos nas atividades das Instituições Financeiras? A identificação e avaliação de riscos é componente fundamental para uma atuação pró-ativa e assertiva da auditoria interna em uma instituição financeira, possibilitando a realização do trabalho de auditoria, focado em riscos, melhorando a relação custo/benefício dos trabalhos e contribuindo para a melhoria do ambiente de controle.

Conforme NAMEE (2002, p.01) “a avaliação do risco em auditoria interna identifica, mede e prioriza os riscos para possibilitar a focalização das áreas auditáveis mais significativas, é utilizada para identificar as áreas mais importantes dentro do seu âmbito, permite ao auditor delinear um programa de auditoria capaz de testar os controles mais importantes, ou mais minuciosamente”.

A inadequada avaliação do risco contribui para o aparecimento de problemas de controles internos das organizações e perdas relacionadas, com o objetivo de minimizar o risco do sistema. Por isso, o Comitê da Basiléia¹ de Supervisão Bancária, entidade de regularização, fiscalização e supervisão bancária criado pelos diretores dos bancos centrais do chamado G-10, criaram padrões internacionais para gerenciamento de risco, que devem ser observados pelos participantes do mercado.

São vários os documentos divulgados por esse Comitê, desde então, visando a regulamentação do mercado financeiro e redução de risco. No Brasil há também a Reestruturação do Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB, que impõem alterações nas exposições à riscos nos bancos.

Conhecer riscos, para poder medi-los e avaliá-los é necessidade de qualquer empresa e fundamental para a área de Auditoria Interna, em especial nas instituições financeiras, empresas que intermediam valores de terceiros, condição “*sine qua non*” para o sucesso do negócio e saúde do mercado financeiro como um todo. Isso porque problemas financeiros/operacionais de um banco podem causar prejuízos em cadeia, atingindo todo o sistema financeiro de uma nação.

¹ O Comitê da Basiléia sobre Fiscalização Bancária é um comitê de autoridades de fiscalização bancária, estabelecido pelos dirigentes dos bancos centrais dos países do Grupo dos Dez, em 1975. Ele é composto de altos representantes das autoridades de fiscalização bancária e dos bancos centrais da Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. Ele normalmente se reúne no Bank for International Settlements na Basiléia, onde está localizada a sua Secretaria permanente.

Este trabalho tem a intenção de efetuar estudos sobre mapeamento dos principais riscos envolvidos nas atividades das Instituições Financeiras, sob o ponto de vista da Auditoria Interna, apresentando pesquisas realizadas, literatura sobre riscos e auditoria focada em riscos, bem como estudo de caso na Instituição Financeira Federal, para a qual adota-se o nome fictício de Banco MSLT, da seguinte forma:

- retratar a realidade;
- avaliar os principais riscos e áreas envolvidas;
- apresentar metodologia de atuação da auditoria com foco em risco; e
- apresentar resultado do estudo de caso.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para atender ao objetivo do trabalho, faz-se necessário o conhecimento de alguns conceitos referentes à controles internos, auditoria e a sua evolução, instituições financeiras, histórico e principais riscos envolvidos nas suas atividades.

2.1 CONTROLE

O sentido não contextualizado da palavra controle é bastante amplo. SACCONI (1996, p.198), traz as seguintes definições: controle é “1. Ação ou efeito de controlar(-se). 2. Autoridade, domínio. 3. Instrumento ou série de instrumentos usados num veículo ou máquina. 4. Ação ou medida que impede ou evita propagação, alta ou desenvolvimento de alguma coisa. 5. Domínio, administração.”

Busca-se aqui, o entendimento relacionado ao estudo proposto, voltado para à administração da organização.

A. FERREIRA (1986, p.469) conceitua controle como “fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos, etc., para que tais atividades ou produtos, não se desviem das normas preestabelecidas”.

Para ANDRADE:

No âmbito empresarial, controle é o meio de prevenir modificações ou modificações não autorizadas ou não previstas, e de assegurar a observância da política, padrão ou regra estipulada. Significa, pois, a garantia de normalidade para a alta administração. Se combinarmos essa expressão com o conceito de qualidade, poderíamos dizer que controle é a forma de garantir que tudo seja feito com a devida qualidade, desde a primeira vez. (ANDRADE, 1999, p.13)

Quando se volta a visão para as empresas verifica-se a existência de dois tipos de controles, os impostos sobre a empresa, chamados de controles externos e os estabelecidos pela própria organização ou controle internos.

Segundo ANDRADE (1999, p.45) controle externo é “tipificado pelos controles impostos sobre a empresa, por entidades ou órgãos públicos e que afetam diretamente sua organização, procedimentos e custos”. Já, controle interno, é “tipificado pela estrutura de controle estabelecida pela própria empresa, em função de suas necessidades e políticas, abrangendo a totalidade de sua ação, isto é: fim e meio”.

O controle interno e a sua manutenção em diversas situações é influenciado diretamente pelo controle externo. Nas mais variadas organizações e especialmente em instituições financeiras, o controle externo está sempre presente, no entanto para a realização deste trabalho faz-se necessária uma explanação mais detalhada sobre o controle interno, que deve ser avaliado pela auditoria interna, sem deixar de ressaltar que os controles interagem entre si.

2.1.1 Controle Interno

O controle interno, segundo ALMEIDA (1996, p.50) “representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa. Os dois primeiros objetivos representam controles contábeis e o último, controles administrativos”.

O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, citado por ATTIE (1987, p.197) afirma: “O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar

a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”.

O controle interno compreende todo o planejamento de uma empresa para governar e conferir suas várias atividades, dirigindo e restringindo cada uma delas adequadamente, com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos.

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil conceitua:

Controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam atingidos. A Alta Administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização. (AUDIBRA, 1992, p.48)

ATTIE (1987, p.201) cita que “Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custos-padrão relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento do pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode, também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como, estudo de tempos e movimentos e controle de qualidade”.

Para ANDRADE (1999, p.12) “nesse ambiente criado pelo reconhecimento pelas empresas, entidades e órgãos públicos, da necessidade de uma boa estrutura de controle interno, condizente com as características da operação e seus riscos, houve a exigência, cada vez maior, da participação do auditor como elemento de esclarecimento das partes, e impulsionador da busca de soluções”.

Discorrendo sobre o sistema de controle interno, PEIXE (2002, p.23) descreve que: “Este sistema é fundamental para qualquer organização, mormente nas organizações públicas, onde o volume dos recursos em geral, é maior e, principalmente, no que se refere à aplicação dos recursos escassos, de maneira eficiente”.

Verifica-se que em uma empresa, em um organismo público ou, voltado para o nosso estudo, em uma instituição financeira, os controles internos referem-se à totalidade das políticas e dos procedimentos instituídos pela administração para assegurar que os riscos inerentes a suas atividades sejam reconhecidos e administrados adequadamente, que os ativos sejam protegidos, as transações registradas e a regulamentação observada.

Observa-se a amplitude do significado de controle interno nas definições apresentadas, verificando que o objetivo de obtenção de um nível aceitável de confiança nos processos da organização inclui uma série de procedimentos bem definidos relacionados ao controle.

2.1.2 Princípios Fundamentais dos Controles Internos

ALMEIDA (1996, p.51) entende que “a administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de se está este sendo seguido pelos funcionários, e por sua modificação, no sentido de adaptá-lo às novas circunstâncias”.

Os controles internos devem estar pautados, segundo este mesmo autor nos seguintes princípios:

- Responsabilidade – as atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização.
- Rotinas internas – a empresa deve definir no manual de organização todas as suas rotinas internas.
- Acesso aos ativos – a empresa deve limitar o acesso dos funcionários a seus ativos e estabelecer controles físicos sobre esses.
- Segregação de funções – a segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno.
- Confronto dos ativos com os registros – a empresa deve estabelecer procedimentos de forma que seus ativos, sob a responsabilidade de alguns

funcionários, sejam periodicamente confrontados com os registros da contabilidade. O objetivo desse procedimento é detectar desfalque de bens ou até mesmo registro contábil inadequado de ativos.

- Amarração do sistema – o sistema de controle interno deve ser concebido de maneira que sejam registradas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência.
- Auditoria Interna – não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias.(ALMEIDA, 1996, p.56-7)

Percebe-se, pela definição citada, que os princípios fundamentais do sistema de controle interno voltam-se para a existência de um plano de organização com uma adequada distribuição de responsabilidades, observando a segregação de funções, as rotinas e acessos internos, observância do regime de autorização e de registros que assegurem controle contábil, enfim zelo administrativo com todas as atividades da empresa e avaliação periódica da eficácia dos controles implementados, essa realizada pelos profissionais da auditoria interna.

2.1.3 Responsabilidade pelo Sistema de Controle Interno

Segundo ATTIE (1998, p.123) “as funções de controle devem ser posicionadas nos mais altos níveis para preservar sua independência e objetividade, o que permanece verdadeiro, independentemente do nível hierárquico do pessoal, pois a posição não deve confundir-se com a verdadeira natureza da responsabilidade de supervisão”.

É de responsabilidade da administração o planejamento, a instalação e a supervisão de um sistema de controle interno adequado, que deve ser periodicamente revisto, sob o risco de se tornar obsoleto, devendo estar sujeito a contínua supervisão.

2.1.4 Objetivo do Controle Interno

Na definição de ATTIE (1987, p.204) “são quatro os objetivos básicos do controle interno: a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes.”

Para assegurar o cumprimento dos objetivos de um sistema de controles internos, em que os riscos inerentes às atividades sejam reconhecidos e administrados adequadamente e os ativos da instituição protegidos, as transações registradas e reportadas, as leis e a regulamentação aplicáveis observadas, o Manual de Supervisão do Banco Central do Brasil, no capítulo referente à gestão empresarial, cita os seguintes meios:

- políticas adequadas de gestão de risco, de limites e outros controles;
- sistemas de informações e relatórios para identificação, avaliação, controle e acompanhamento de todos os riscos inerentes às atividades da instituição financeira;
- governança institucional sólida, que inclua código de ética e delegação de alçadas decisórias;
- estruturas organizacionais apropriadas, que promovam a supervisão gerencial ativa, o envolvimento no processo de controle interno e uma cultura de obediência às leis e à regulamentação;
- requisitos e procedimentos operacionais detalhados, atividades periódicas de verificação e auditoria para evitar perdas decorrentes de erros, fraudes, roubos, apropriação indébita ou de resultado de ações judiciais;
- procedimentos para comunicar as políticas e os controles internos a toda a instituição, para monitorar a aderência a eles, para revisá-los e atualizá-los periodicamente. (www.bcb.gov.br)

2.1.5 Influência do Controle Interno no trabalho da Auditoria

Segundo ALMEIDA (1996, p.22) “O risco de ocorrência de erro, em uma empresa com um bom sistema de controle interno, é muito menor do que em uma empresa com um sistema de controle interno ruim. O auditor externo utiliza o

sistema de controle interno da empresa para determinar a amplitude dos testes de auditoria” ou seja, quando melhor o controle interno, menor o volume de testes.

COOK cita a influência dos controles no trabalho da auditoria:

Mais do que qualquer outro fator em si, o controle interno influencia a natureza do exame feito por auditor interno ou por auditor independente. O exame feito por auditor interno volta-se principalmente para a revisão do controle interno, a fim de determinar se as diretrizes da administração são devidamente comunicadas e obedecidas e se os relatórios que vão ter à administração são exatos, oportunos e completos, com as informações necessárias para se fundamentar as decisões da direção da empresa. (COOK, 1979, p.131)

Um bom sistema de controle interno reduz a possibilidade da ocorrência de erro ou fraude na organização, sendo a sua avaliação de fundamental importância para a auditoria, na definição do escopo e do volume de testes a ser realizado. A extensão dos exames de auditoria será inversamente proporcional ao grau de confiança atribuído a esses controles pelos profissionais da área. Controles menos confiáveis exigem maior quantidade e profundidade de testes de auditoria.

2.1.6 Avaliação do Sistema de Controle Interno

Segundo ALMEIDA (1996, p.49) “as normas de auditoria geralmente aceitas, referentes ao trabalho no campo, estabelecem que o auditor deve avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, a fim de determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria”.

Para executar essa avaliação o mesmo autor cita que os seguintes passos devem ser seguidos:

- levanta o sistema de controle interno;
- verifica se o sistema levantado é o que está sendo seguido na prática;
- avalia a possibilidade de o sistema revelar de imediato erros e irregularidades;
- determina tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria.
- As informações sobre o sistema de controle interno podem ser obtidas das seguintes formas:

- leitura de manuais internos de organização e procedimentos;
- conversa com funcionários da empresa;
- inspeção física desde o início da operação (compra, venda, pagamentos etc.) até o registro no razão geral. (ALMEIDA, 1996, p.59)

Percebe-se na definição apresentada, que para uma correta avaliação do sistema de controle interno, o auditor deve aprofundar-se no conhecimento da empresa e seus controles.

2.2 AUDITORIA

Para ATTIE (1998, p.25), auditoria é “uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

COOK (1979, p.4), entende a auditoria “como o estudo e avaliação sistemáticos de transações, procedimentos, operações e das demonstrações financeiras resultantes. Sua finalidade é determinar o grau de observância dos critérios estabelecidos e emitir parecer sobre o assunto”.

Arthur W. Holmes, apud SÁ (1998, p.24) explica ser a auditoria “uma crítica e sistemática observação do controle interno da Controladoria e dos documentos em geral que circulam em uma empresa (isto porque existem, mesmo, até fatos de natureza extrapatrimonial que são objeto de observação do auditor para que possa fundamentar as suas conclusões.).”

Vê-se nas definições apresentadas que a auditoria, além de ser uma especialização contábil, voltada à salvaguarda do patrimônio da empresa, por meio do exame das demonstrações contábeis e registros administrativos, verificando

autenticidade e exatidão, recebe a responsabilidade pela avaliação do controle interno da organização, onde verifica procedimentos operacionais.

2.2.1 Origem e Evolução

A denominação auditor é antiga, mas não se conhece ao certo sua origem nem a data precisa do início da sua utilização. Acredita-se ter sido adotada por volta do século XIII, na Inglaterra. No latim, o termo auditor, como substantivo, tinha o sentido apenas de significar “aquele que ouve”, ou “ouvinte”, nada podendo configurar com o que viria a ser adotado posteriormente para representar aquele que daria opinião sobre demonstrações contábeis e procedimentos administrativos.

A origem da palavra auditoria, segundo ARAÚJO (1998, p.14) é do Latim “*audire*, ouvir. Inicialmente os ingleses o traduziram como *auditing* para designar, exclusivamente, o conjunto de procedimentos técnicos para a revisão dos registros contábeis”. Por muito tempo a auditoria foi aplicada especificamente para questões contábeis.

Mas mesmo sem uma denominação específica, há registros da prática de auditoria há milênios, antes da era Cristã:

Desde a antiga Suméria. Existem provas arqueológicas de inspeções e verificações de registros realizadas entre a família real de Urukagina e o templo sacerdotal sumeriano e que datam de mais de 4.500 anos antes de Cristo (...) nas cartas de Trajano (97-117 d.C.), escritas por Plínio (61-112 d.C), o jovem, existem também relatos de práticas de auditoria realizadas nas províncias romanas (...) no ano 977 d.C., na obra de Abu-Abdallah Al-Khawarismi, denominada Mafatih Al-Ulum (As Chaves da ciência), são feitas referências sobre práticas de revisão que o autor apresenta como tradicionais, já naquela época”. (SÁ, 1998, p.21)

Uma série de relatos de fatos e datas históricas que marcaram a evolução da atividade:

Na Idade Média, muitas foram, nos diversos países da Europa, as associações profissionais que se incumbiam de executar as funções de auditoria, destacando-se, entre elas, os conselhos londrinos, em 1310; o Tribunal de Contas, em 1640, em Paris (ao tempo de Colbert, notabilizado por Bertrand François Barême), o Collegio dei Raxonati, em 1581, na cidade de Veneza; e a Academia dei Ragionieri, em 1658, nas cidades de Milão e Bolonha.

A Revolução Industrial, operada na Segunda metade do Século XVIII, imprimiu novas diretrizes às técnicas contábeis e especialmente às de auditoria, visando atender às necessidades criadas com o aparecimento de grandes empresas (em que tal natureza de serviço é praticamente obrigatória).

Por isso, em 1845, ou seja, pouco depois de a Contabilidade penetrar nos domínios científicos, o Railway Companies Consolidation Act, obrigava a verificação anual dos balanços, que deveria ser feita por auditores(...) A fim de proteger a integridade profissional criaram-se associações, assim, por exemplo, em 1850, na Escócia, surgia a primeira entidade que se destinava a moralizar o exercício de tão importante função, seguindo-a logo depois algumas outras na Inglaterra e em outros países da Europa (...) A organização profissional de auditores mais antiga, na América, é a American Association of Public Accountants, fundada em 1887. (SÁ, 1998, p.21)

Conforme ATTIE (1998. p.27), “segundo se tem notícias, a atividade de auditoria é originária da Inglaterra que, como dominadora dos mares e do comércio em épocas passadas, teria iniciado a disseminação de investimentos em diversos locais e países e, por conseqüência, o exame dos investimentos mantidos naqueles locais.” Descreve ainda que “a origem do termo auditor em português, muito embora perfeitamente representado pela origem latina (aquele que ouve, ouvinte), na realidade provém da palavra inglesa *to audit* (examinar, ajustar, corrigir, certificar)“.

O surgimento da auditoria está associado à necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira demonstrada no patrimônio das empresas investidas, e ao surgimento de grandes empresas com investimentos em diversos países e participação acionária na formatação do capital de outras empresas.

Algumas datas importantes na evolução do histórico da auditoria:

- Desconhecida a data de início da atividade de auditoria.
- 1314 Criação do cargo de auditor do Tesouro na Inglaterra.
- 1559 Sistematização e estabelecimento da auditoria dos pagamentos a servidores públicos pela Rainha Elizabeth I.
- 1880 Criação da Associação dos Contadores Públicos Certificados (Institute of Chartered Accountants in England and Wales), na Inglaterra.

- 1886 Criação da Associação dos Contadores Públicos Certificados (AICPA), nos Estados Unidos.
- 1894 Criação do Instituto Holandês de Contadores Públicos.
- 1934 Criação do Security and Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos. (ATTIE, 1998, p.28)

Fatos que marcaram o século passado em relação a auditoria:

- Em 1900, surge a expressão auditor independente.
- Em 1910, o enfoque da auditoria ainda é imperativamente o balanço.
- Nos anos 30, com o crack da Bolsa de Nova York em 1929, os auditores passam a centrar suas atenções no resultado das operações das empresas auditadas e passam a dar também uma atenção muito especial à apresentação adequada dos demonstrativos financeiros. Começa a surgir a questão : “Onde estavam os auditores?”
- Nos anos 40, a ênfase é voltada para os controles internos e se passa a aceitar como evidências de auditorias as informações probatórias obtidas de pessoas externas à relação proprietário – responsável pelo guarda do patrimônio/auditor, ou seja, a confirmação ou circularização.
- Nos anos 50, surgem os computadores e a necessidade de se rever a forma de execução de alguns procedimentos de auditoria.
- Nos anos 60, a amostragem estatística das bases de dados é elaborada de forma criteriosa e científica, passando a ser usada para fundamentar uma opinião sobre o todo examinado.
- Nos anos 70, em face das limitações geradas pelas informações financeiras e da necessidade de se avaliar o resultado da gestão, surge a Auditoria Integrada, que se desenvolve principalmente no Canadá.
- Nos anos 90, a auditoria passa a se preocupar com as questões da qualidade, da ética e do meio ambiente. Começa a surgir a idéia de uma “auditoria global” para adequar a um mundo moderno. (ARAÚJO, 1998, p.109)

A auditoria surgiu, inicialmente para atender uma necessidade dos investidores e de grandes empresas com investimentos em outros países, sendo classificada sob a forma de auditoria externa, devido ao crescimento das empresas e à evolução do sistema capitalista e à transformação das empresas de capital fechado e de administração familiar para capital aberto e de administração profissional.

Segundo ALMEIDA

A auditoria externa ou auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. No início, as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral. (ALMEIDA, 1996, p.21)

Tantas mudanças exigiram das empresas grandes volumes de recurso, algumas vezes impossíveis de serem obtidos com as atividades da empresa em um curto espaço de tempo, o que fez com que elas buscassem captar recursos no mercado, junto a terceiros. Essa captação de recursos era obtida basicamente de duas fontes, empréstimos bancários de longo prazo e abertura de capital social para novos acionistas. Como consequência desse processo de abertura de capital e captação de recursos externos as empresas precisavam fornecer informações sobre as suas demonstrações contábeis, patrimônio, capacidade de gerar lucros e administração financeira dos recursos.

Como medida de segurança contra a possibilidade de manipulação de informações, conforme cita ALMEIDA (1996, p.21) “os futuros investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica. Esse profissional, que examina as demonstrações da empresa e emite sua opinião sobre estas, é o auditor externo ou auditor independente.”

Para FRANCO:

As mesmas causas responsáveis pelo surgimento da auditoria são hoje determinantes de sua extraordinária evolução. A grandeza econômica e comercial da Inglaterra e da Holanda, em fins do século passado, bem como dos Estados Unidos, onde hoje a profissão é mais desenvolvida, determinou a evolução da auditoria, como consequência do crescimento das empresas, do aumento de sua complexidade e do envolvimento do interesse da economia popular nos grandes empreendimentos. (FRANCO, 1995, p.33)

Voltando à ALMEIDA:

A administração da empresa, com a expansão dos negócios, sentiu a necessidade de dar maior ênfase às normas ou os procedimentos internos, devido ao fato de que o administrador, ou em alguns casos o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades. Entretanto, de nada valia a implantação desses procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento, no sentido de verificar se estes estavam sendo seguidos pelos empregados da empresa (...) O auditor externo passava um período de tempo muito curto na empresa e seu trabalho estava totalmente

direcionado para o exame das demonstrações contábeis. Para atender à Administração da empresa, seria necessária uma auditoria mais periódica, com maior grau de profundidade e visando também às outras áreas não relacionadas com contabilidade (sistema de controle de qualidade, administração de pessoal etc.). (ALMEIDA, 1996, p.25)

Para atender a necessidade da administração da empresa, quanto à realização de uma auditoria mais periódica, com maior grau de profundidade e visando outras áreas que não somente a contabilidade, além do fato que os auditores independentes necessitavam ter acesso a informações e documentos que levassem ao conhecimento mais profundo dos fatos, na análise das diferentes contas e transações de forma a sustentar suas conclusões e para realizar esses exames eram designados empregados da própria empresa.

Com o passar do tempo esses funcionários foram aprendendo e dominando as técnicas de auditoria e utilizando-as em trabalhos solicitados pela administração. Surgiu, dessa forma, o auditor interno, como uma ramificação da profissão de auditor externo.

2.2.2 Evolução da Auditoria no Brasil

SÁ (1998, p.22) descreve que “no Brasil o movimento de arregimentação dos auditores iniciou-se em São Paulo, há cerca de 30 anos, através do Instituto de Contadores Públicos do Brasil; mais tarde surgiram outras instituições, como o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes na Guanabara, assim como instituições de Contadores, no Rio Grande do Sul (ICARGS)”.

Conforme ALMEIDA (1996, p.24) “em 1965, pela Lei nº 4.728 (disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento), foi mencionada pela primeira vez na legislação brasileira a expressão ‘auditores

independentes' “. Desde então, a auditoria passou a ser obrigatória para todas as empresas que se achavam com as suas ações colocadas no mercado de capitais e, por conseguinte, com registro de emissão no Banco Central do Brasil.

Surgiu em 1971 o Instituto de Auditores Independentes do Brasil, da união de algumas associações. Essa entidade foi reconhecida pela Resolução 317, do Conselho Federal de Contabilidade, em 1972, e pela Resolução 220, do Banco Central do Brasil, no mesmo ano.

O Banco Central do Brasil – BCB – estabeleceu uma série de regulamentos, tornando obrigatória a auditoria externa ou independente em quase todas as entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional – SFN – e companhias abertas. O BCB estabeleceu também, por meio da Circular nº 179, de 11-5-1972, as normas gerais de auditoria.

A Resolução nº 321/72 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC – aprovou as normas e os procedimentos de auditoria, os quais foram elaborados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IAIB – atualmente denominado IBRACON (Instituto Brasileiro de Contadores).

Com o advento da Lei nº 6.385, de 07-12-1976, o registro de auditores para o Mercado de Capitais passou a ser de responsabilidade da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, art. 177), citada por ALMEIDA (1996, p.24), determinou que as demonstrações financeiras ou contábeis das companhias abertas (ações negociadas em Bolsa de Valores) são obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

No ano de 1977 surgiu em Brasília a Ordem dos Auditores Independentes do Brasil, que em 1978, já era a instituição que congregava o maior número de auditores do País. O IBRACON é hoje a entidade que congrega vários auditores, dedica-se a editar normas e princípios e reúne profissionais de tal segmento.

A CVM também editou várias normas e iniciou o patrocínio de um comitê para tal fim. Também o Conselho Federal de Contabilidade edita, no Brasil, normas para a auditoria.

Em 13 de setembro de 1984, a CVM emitiu a Instrução nº 38, que dispõe sobre a hipótese de impedimento em realizar a auditoria e sobre os deveres e responsabilidades do auditor independente.

Em 1998 o Banco Central do Brasil - BACEN publicou a Resolução do CMN 2554, que, em consonância com as determinações do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, determinou a implantação, pelas instituições financeiras de sistemas de controles internos voltados para suas atividades, sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais, além do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

A resolução definiu a obrigatoriedade da participação da área de auditoria Interna que é identificada como parte integrante dos sistemas de controles internos e determinou ainda, a necessidade de acompanhamento sistemático, sendo os sistemas de controles internos objeto de relatórios no mínimo semestrais.

2.2.3 Auditoria Externa

Para CREPALDI (2000, p 48), "constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes

representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade”.

Comparando auditoria externa e interna ATTIE (1987, p.33) cita que: “as funções da auditoria externa são diferentes, muito embora existam áreas similares como as de salvaguarda de ativos, precisão e confiabilidade dos livros da empresa. À auditoria externa cabe, regra geral, a revisão global das atividades ou de aspectos dirigidos e, por consequência, de maneira menos detalhada”.

Na definição do Banco Central do Brasil, a auditoria externa é:

uma atividade independente, realizada por empresas ou profissionais habilitados pelos órgãos de controle competentes, não tem vínculo empregatício com a empresa e pode ser contratada em caráter permanente ou eventual, devendo avaliar a eficiência e a eficácia dos sistemas de controle de toda a entidade, considerando, prioritariamente, dados contábeis e financeiros, visando assegurar a sua consistência, obrigando-se a emitir parecer sobre o resultado de sua análise, inclusive de qualquer fato que possa vir a comprometer o cumprimento da missão da entidade. (www.bcb.gov.br)

2.2.4 Auditoria Interna

O Conselho Federal de Contabilidade conceitua auditoria interna como “conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações sobre aspectos físicos, contábeis, financeiros e operacionais da entidade”.

Segundo ATTIE (1997, p.28) “a auditoria interna é uma função independente de avaliação, criada dentro da empresa para examinar e avaliar suas atividades, como um serviço a essa mesma organização”. Tem como proposta “auxiliar os membros da administração a desincumbirem-se eficazmente de suas responsabilidades. Para tanto, a auditoria interna lhes fornece análise, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas às atividades examinadas”.

Esse autor destaca que:

De forma geral, o trabalho realizado pela auditoria interna é plenamente idêntico àquele executado pela auditoria externa. Ambas utilizam as mesmas técnicas, ambas têm sua atenção voltada para o controle interno como ponto de partida de seu exame e formulam sugestões de melhorias para as deficiências encontradas e ambas modificam a extensão do seu trabalho de acordo com as suas observações e a eficiência do sistema de controle interno existente. (ATTIE, 1997, p. 34)

A função da auditoria interna deve estar voltada para as atividades da empresa, relacionada com o andamento de cada departamento ou operação. Tem, por orientação da gerência da alta administração da empresa, que examinar cada segmento, em períodos regulares de tempo, para observar a eficiência operacional, a aderência às políticas, à legislação e aos demais aspectos de controle e salvaguarda do seu patrimônio. À auditoria externa cabe, regra geral, a revisão global das atividades de maneira menos detalhada. Ambas cobrem atividades similares, no entanto, a ênfase e a forma de abordá-las varia, e assim, uma não elimina a necessidade da outra.

Para SÁ (1998, p.41) “a auditoria interna precisa de autonomia para a execução de sua tarefa, podendo interferir em todos os setores, porém, sem se subordinar a linhas de autoridade que venham a ferir as suas possibilidades de indagação”.

Deve existir parceria entre as auditorias, com o relacionamento sendo pautado pela ética, com constante troca de experiências e informações, o que possibilita maior abrangência da atuação sem repetição de tarefas.

Segundo ATTIE (1997, p.34) “a auditoria externa considera a auditoria interna como parte do sistema de controle de uma empresa e, por este motivo, se sentirem que a atividade exercida pela auditoria interna é sadia e funciona a contento, podem reduzir a extensão dos seus trabalhos”.

A Resolução 2554/98 do Conselho Monetário Nacional reforça essa teoria, conforme previsto no Artigo 2º, parágrafo 2º: “A atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos”.

A auditoria interna não deve ser confundida com o controle interno. Nesse sentido, ATTIE (1998, p. 110) explica que “a auditoria interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação dos controles internos, normalmente executado por um departamento especializado, ao passo que o controle interno se refere a procedimentos de organização adotados como planos permanentes da empresa”.

Nesse contexto verifica-se que a auditoria interna é parte integrante do sistema de controle interno, não estando, entretanto, subordinada a ele ou a qualquer outra área. É uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração superior da empresa e tem como uma de suas atribuições a avaliação da adequação, da eficiência, da eficácia e da efetividade do sistema de controle interno, de forma a propiciar seu aperfeiçoamento.

2.2.5 Responsabilidade e Importância da Auditoria Interna

Segundo ATTIE (1987, p.29) “dentre os membros da organização auxiliados pela auditoria interna estão os que compõem a administração. Os auditores internos são responsáveis perante esta, cabendo-lhes fornecer dados sobre a adequação e efetividade do sistema de controle interno e a qualidade do desempenho da organização”.

A ação da auditoria interna estende-se a todos os serviços, programas, operações e controles existentes na empresa.

SÁ (1998, p.25) compreende que “a tendência moderna representa uma evolução relativa que primitivamente se atribuía à auditoria e que se limitava ao campo de simples verificação; o conceito hoje é dinâmico e prossegue em evolução, atribuindo-se à auditoria outras importantes funções, abrangendo todo o organismo da empresa e da sua administração”.

Para ATTIE (1987, p.29) “cabe à auditoria interna, convencer a alta administração e seus executivos de que pode auxiliá-los na melhoria dos seus negócios, identificando áreas problemáticas e sugerindo correção, para obter destes o apoio necessário ao desenvolvimento de prestação de serviço a toda empresa”.

A administração necessita fazer-se presente em toda a organização e em cada um dos sistemas que a compõem, assegurando que tudo funcione normalmente conforme planejado.

Nesse contexto, ATTIE (1987, p 33) cita que “a auditoria interna funciona, na realidade, como os olhos da administração”. O autor enfatiza que “o suporte gerencial para a atividade de auditoria necessita ser proclamado, clara e categoricamente, na mais alta declaração de política da empresa, enfocando a sustentação da auditoria como atividade organizacional, permitindo-lhe: acesso irrestrito; exames regulares; reporte oportuno; e correções apropriadas”.

Mesmo com um trabalho de auditoria cuidadosamente preparado, as conclusões e recomendações do auditor podem permanecer impotentes se ignoradas. Deve haver ressonância do trabalho na empresa auditada, com o devido suporte da administração, fornecendo ao trabalho e ao relatório do auditor, força e efeito. A chave para abrir portas para os trabalhos de auditoria dentro da empresa é o serviço bem elaborado e inovador para a tomada de decisões pela administração.

2.2.6 Finalidade e Objetivo da Auditoria

Segundo ATTIE (1987, p.42) “a atividade de auditoria deve abranger o estudo dos controles internos aplicáveis às operações e atividades departamentais e à confirmação da fidedignidade dos valores expressos nas demonstrações financeiras em todas as empresas associadas, de caráter permanente, ligadas à matriz.”

Para SÁ (1998, p.30) “os fins da auditoria são os aspectos sob os quais seu objetivo é considerado, ou ‘para que serve’”.

Para esse autor, os fins da auditoria são:

- indagações e determinações sobre o estado patrimonial e a gestão pública ou privada;
- indagações e determinações sobre o estado financeiro;
- indagações e determinações sobre o estado reditual e de economicidade;
- descoberta de erros e fraudes;
- preservação contra erros e fraudes ou opinião sobre tais aspectos;
- estudos gerais sobre casos específicos. (SÁ, 1998, p.30)

Conforme ATTIE a síntese do objetivo da auditoria interna traduz-se nas seguintes ações:

- examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para aferir, localizar, classificar e comunicar essas informações;
- examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos, leis e regulamentos que tenham, ou possam ter, impacto sobre operações e relatórios, e determinar se a organização está em conformidade com as diretrizes;
- examinar os meios usados para a proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real;
- verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e econômica;
- examinar operações e programas e verificar se os resultados são compatíveis com os planos e se essas operações e esses programas são executados de acordo com o que foi planejado; e
- comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar que foram tomadas as providências necessárias a respeito de suas descobertas. (ATTIE, 1987, p.29)

A partir dessas definições, pode-se verificar que a auditoria interna auxilia a administração no que concerne ao eficaz desempenho das suas funções e

responsabilidades e, para tanto, deve fornecer-lhes análises, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas aos exames realizados, especialmente quanto à eficiência e eficácia dos controles internos, integridade e confiabilidade das informações e dos registros, da observância de leis, normas, regulamentos, políticas, metas, planos e procedimentos para salvaguardar ativos.

2.2.7 Tipos de Auditoria Interna

Segundo definido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil:

Partindo do ponto de vista de que o auditor deve executar o seu trabalho sobre todas as áreas de atuação da empresa e dentro delas, em todos os seus níveis, extensão e funções, fica evidente que o departamento de auditoria interna deve ser estruturado no sentido de praticar a Auditoria Contábil e Tributária, a Auditoria Operacional, a Auditoria de Sistemas Informatizados, a Auditoria Gestional e as Auditorias Especiais". (AUDIBRA, 1992, p.56)

Diversas são as áreas de atuação da auditoria interna que, segundo a definição, podem ser designadas conforme os níveis de intervenção citados. Pode-se mencionar ainda, a auditoria da qualidade, que vem sendo praticada com regularidade nos últimos anos.

a) Auditoria Contábil e Tributária

Segundo AUDIBRA (1992, p.58) "destina-se a examinar e avaliar os componentes dessas demonstrações no que concerne à adequação dos registros e procedimentos contábeis, sistemática dos controles internos, observância de normas, regulamentos e padrões aplicáveis, bem como a aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade".

Já o ramo da auditoria tributária para o mesmo autor (p.58) “objetiva o exame e a avaliação de planejamento tributário e a eficiência e eficácia dos procedimentos de controles adotados para operação, pagamento e recuperação de impostos, tributos, taxas e quaisquer outros ônus de natureza fisco-tributária que incidem nas operações, bens e documentos da empresa”

ATTIE (1998, p.25) complementa que “o exame de auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladores, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com os controles do patrimônio e a exatidão dos registros e as demonstrações deles decorrentes”.

Ainda segundo esse autor (p.58), “o planejamento tributário passou a ser ponto fundamental para permitir o maior benefício à empresa. Os prejuízos fiscais, as incorporações, cisões, fusões de empresas tornaram-se aspectos atrativos de benefícios a serem considerados para um adequado planejamento tributário, em função das alíquotas de impostos e possíveis reduções para seus pagamentos”.

CREPALDI (2000, p.29), cita que “a auditoria atualmente é um meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles e fator de maior tranquilidade para a administração e de maior garantia para investidores, bem como para o próprio fisco, que tem na auditoria o colaborador eficiente e insuspeito, que contribui indiretamente para melhor aplicação das leis fiscais”.

É, conforme definições e histórico apresentado, a mais antiga forma de auditoria, voltada para o exame das demonstrações contábeis e tributárias.

b) Auditoria Operacional

A auditoria operacional para AUDIBRA (1992, p.59) “surge da ‘Declaração de Responsabilidade do Auditor Interno’, em 1947, que ao descrever a natureza da função, afirmava que o auditor interno lida com matéria contábil, mas pode também tratar com assuntos de natureza operacional. A partir dessa conceituação, o termo ‘Auditoria Operacional’ passa a significar auditoria não contábil”.

Desde então, esse ramo de atividade da auditoria ganhou novo horizonte e escopo, e hoje, significa muito mais do que a incursão em áreas que não as previamente delimitadas para a auditoria tradicional.

ATTIE (1998, p.19) acrescenta que “a execução de uma auditoria não se prende somente aos fatores sob controle da contabilidade, estendendo-se necessariamente aos diversos segmentos da empresa que geram dados para a contabilidade, assim como os fatores externos que, de alguma forma, os influenciem”.

Para SÁ (1998, p.449) “a auditoria que visa ao exame do ‘desempenho administrativo’ em face do patrimônio em gestão dá-se o nome de ‘Auditoria Operacional’ (...) e não se limita a rever documentos, bens e direitos, mas, basicamente, se a vida da empresa tem um curso proveitoso”.

Já CREPALDI (2000, p.32) considera que a auditoria operacional “consiste de revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais”.

Pode-se concluir que a auditoria operacional é efetuada sob o ponto de vista gerencial, o auditor atuando com “os olhos” do proprietário e efetuado os exames sob os aspectos de economia, eficiência e eficácia.

c) Auditoria Gestional

A auditoria gestional ou de gestão, na definição de AUDIBRA (1992, p.62) “cumpre o exame e avaliação sobre sistemas políticos, critérios e procedimentos utilizados pela empresa na sua área de planejamento estratégico, tático e no processo decisório; e qualidade da estrutura de controles internos gerenciais e sua observância”.

O Conselho Federal de Economia, na Resolução 1612/95 (Art. 1º) que regulamenta os serviços profissionais do economista quando no exercício de atividade de auditoria, especifica que a auditoria de gestão “objetiva verificar a execução dos contratos, convênio, acordos ou ajustes, a probidade na aplicação do dinheiro público e na guarda ou administração de valores e outros bens (...) e objetiva verifica a adequação da empresa quanto à formação de políticas de recursos humanos, do plano estratégico e do programa da qualidade nos seus aspectos econômicos e financeiros”.

Pelas afirmações apresentadas pode-se concluir que é tênue a diferença existente entre a auditoria de gestão e a operacional, e que as duas se complementam, sendo difícil estabelecer os limites existentes entre ambas, devendo ser definido cuidadosamente o objetivo do trabalho. Para isso, deve-se especificar quais os aspectos da empresa que serão analisados e os critérios que serão utilizados para a formação da opinião do auditor.

d) Auditoria de Sistemas Informatizados

Na definição do AUDIBRA (1992, p.63), a auditoria de informática compreende o exame e avaliação de “processo de planejamento, desenvolvimento, teste e aplicação de sistemas; estrutura lógica, física, ambiental, organizacional de controle, segurança e proteção dos ativos específicos, sistemas e documentações, software e informações; e a qualidade da estrutura de controles internos sistêmicos e de sua observância em todos os níveis gerenciais”.

A auditoria de sistemas informatizados deve observar e informar à administração da empresa sobre a adequação, eficácia e eficiência dos sistemas corporativos, procedimentos de segurança e custos relativos, tendo um papel de fundamental importância no uso cada vez mais freqüente dos recursos de informática e sistemas interligados em rede e da oferta constante de serviços on line para os usuários.

e) Auditoria Especial

A auditoria especial também conhecida como investigações especiais, na visão do AUDIBRA:

abrange a realização de trabalhos especiais de auditoria, não compreendidos na programação normativa da área, solicitados pelos membros dos Conselhos Administração, Fiscal, Diretoria, ou determinados em legislação específica (...) independem de designação formal, devendo, porém ser objeto de relatório próprio, específico e circunstanciado dos fatos examinados, elaborados em caráter restrito ou confidencial. AUDIBRA (1992, p.63)

Para SÁ (1998, p.43), auditoria especial “é aquela que se realiza para obtenção de resultados e conclusões sobre fatos particulares da gestão ou da atividade de um elemento certo, visando a um objetivo específico (fraude, liquidação, etc.)”.

Diversos são os trabalhos que podem ser incluídos nesta modalidade como as investigações ou exames de fraudes ou irregularidades, aquisição de novas empresas, contratos especiais e outros. Geralmente envolve situações de grandes riscos e por isso, essas auditorias têm prioridade sobre as demais.

f) Auditoria da Qualidade

A auditoria da qualidade é definida pela norma NBR ISO 10011-1 (1993, p.02) como o “exame sistemático e independente para determinar se as atividades da qualidade e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas, se estas foram efetivamente implementadas e se são adequadas à consecução dos objetivos”.

Segundo L. GIL (1999, p.125) “Auditoria da qualidade visa à validação de pontos de controle da qualidade total PCQ’s”, ainda conforme esse autor os pontos podem ser subdivididos em “pontos de controle da qualidade operacional PCQO’s, em face de serem flagrados no horizonte empresarial ‘passado presente’ e pontos de controle da qualidade da gestão PCQG’s, em face de serem flagrados no horizonte empresarial ‘presente futuro’”.

Conforme o capítulo oitavo da Norma NBR ISO 9001, citada por BOSQUIROLI (2002, p.131), “a organização deve executar auditoria internas a intervalos planejados para determinar se o sistema de gestão da qualidade está conforme com as disposições planejadas, com os requisitos desta Norma e com os requisitos do sistema de gestão da qualidade instituídos pela organização, e; está mantido e implementado eficazmente”.

Para obter a certificação ISO - International Organization for Standardization – conjunto de normas e padrões de qualidade, ela é auditada por profissionais com capacitação reconhecida por um organismo credenciador, cadastrado no Sistema Brasileiro de Certificação do Instituto Nacional de Metrologia Nacional - INMETRO. A reserva dos direitos das normas ISO no Brasil, são detidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Deve-se ressaltar que a auditoria da qualidade, como qualquer outra modalidade de auditoria interna definidas neste trabalho, também pode ser exercida por auditores externos, mesmo porque nem todas as empresas mantêm um departamento de auditoria interna.

2.3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional é identificado como a totalidade das instituições financeiras públicas e privadas que possuem sede ou representação no País e operam nos mercados financeiros, local e internacional, compreendendo instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e empresas regulamentadas e fiscalizadas por outros órgãos supervisores.

2.3.1 Instituições Financeiras

A Lei da Reforma Bancária – 4.595/64, artigo 17, define: “Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta,

intermediação ou aplicação de recursos financeiros, próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

O tipo de instituição financeira mais popular é o banco e há vários tipos, segmentados conforme o mercado. O banco comercial é o mais comum, realizando operações de depósitos, empréstimos de curto prazo, descontos, saques, cobranças, câmbio, além de prestação de serviços como transferência de numerário, recebimento de impostos e de tarifas diversas. O banco de investimentos opera no recebimento e aplicação de recursos em longo prazo, por meio de instrumentos financeiros como repasse de recursos do exterior, financiamento de capital de giro, emissão de certificados de depósito bancário, letras de câmbio e outros títulos. O banco de desenvolvimento ou de fomento é especializado na aplicação de recursos exclusivamente no incremento de uma atividade industrial ou agrícola, de particular interesse para a economia do país. O banco de exportação dedica-se a operações de intercâmbio comercial com outros países. O banco imobiliário trabalha com empréstimos sob garantia de hipoteca imobiliária e ainda, os bancos múltiplos, que operam pelo menos duas das seis carteiras a seguir: comercial, investimento, desenvolvimento, crédito imobiliário, financeira e leasing.

2.3.2 Estrutura do Sistema Financeiro

O Sistema Financeiro Nacional compreende:

- instituições captadoras de depósitos à vista, representadas pelos bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial, as caixas econômicas e as cooperativas de crédito;

- bancos especializados e empresas de crédito não-bancárias, que levantam fundos junto ao público por meio de fontes que não os depósitos à vista: os bancos de investimento e as sociedades de crédito, financiamento e investimento, por exemplo;
- instituições que operam em todos os segmentos do mercado de capitais, incluindo-se as sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, corretoras de câmbio e bolsas de valores e mercadorias;
- companhias de seguros e organizações de previdência privada, ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros;
- organizações que fornecem serviços de liquidação e custódia de títulos em apoio aos mercados financeiros;
- entidades administradoras de recursos de terceiros, como aquelas que gerenciam os fundos de investimento e as administradoras de consórcio.

Integrando esse sistema estão as entidades reguladoras incumbidas de supervisionar e fiscalizar as instituições participantes, quais sejam: o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e a Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

O Conselho Monetário Nacional – CMN - é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. É o CMN que estabelece que as políticas e os regulamentos básicos que dirigem o funcionamento do mercado financeiro e as atividades das instituições financeiras, fundamentando suas decisões também nas recomendações apresentadas pelo Banco Central.

Os tipos de instituições financeiras autorizadas a participar desse sistema estão detalhados no quadro "Estrutura do SFN", constante do site do Banco Central do Brasil, transcrito a seguir:

Quadro 1 - Estrutura do SFN

Órgãos de Regulação e Fiscalização			
CMN – CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL	BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL	Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos à Vista	Bancos Múltiplos com Carteira Comercial
			Bancos Comerciais
			Caixas Econômicas
			Cooperativas de Crédito
	CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	Demais Instituições Financeiras	Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial
			Bancos de Investimento
			Bancos de Desenvolvimento
			Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento
			Sociedades de Crédito Imobiliário
			Companhias Hipotecárias
			Associações de Poupança e Empréstimo
			Agências de Fomento
			Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
	SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS	Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros	Bolsas de Mercadorias e de Futuros
			Bolsas de Valores
			Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários
			Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários
			Sociedades de Arrendamento Mercantil
			Sociedades Corretoras de Câmbio
			Representações de Instituições Financeiras Estrangeiras
			Agentes Autônomos de Investimento
	SPC – SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros	Entidades Fechadas de Previdência Privada
			Entidades Abertas de Previdência Privada
			Sociedades Seguradoras
			Sociedades de Capitalização
			Sociedades Administradoras de Seguro-Saúde
		Administração de Recursos de Terceiros	Fundos Mútuos
			Clubes de Investimentos
			Carteiras de Investidores Estrangeiros
			Administradoras de Consórcio
		Sistemas de Liquidação e Custódia	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC
			Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP
			Caixas de Liquidação e Custódia

Fonte: www.bcb.gov.br (2003)

Historicamente, as autorizações para funcionamento de instituições financeiras e participação no SFN permitiam que seus portadores pudessem

conduzir apenas um tipo de negócio. Por exemplo, a destinação de recursos captados para empréstimos de curto ou curtíssimo prazo só podia ser executada por bancos comerciais. Tais bancos executavam atividade emprestadora e eram autorizados a conduzir operações no mercado de câmbio. No entanto não podiam se engajar em outros tipos de negócios como concessão de créditos habitacionais. De forma similar, as demais instituições financeiras operavam sob o mesmo tipo de autorização específica e restritiva.

A partir de 1988, a regulamentação passou a autorizar a formação dos bancos múltiplos, o que permitiu aos seus portadores conduzirem quaisquer tipos de negócios financeiros para os quais as autorizações para o funcionamento de instituições singulares tinham sido anteriormente emitidas, como:

- o recebimento de depósitos à vista, de poupança e a prazo fixo;
- a concessão de empréstimos de todos os tipos, inclusive financiamentos habitacionais.

A partir de 1989, o sistema financeiro brasileiro passou por um processo de modificação de sua estrutura, com o fim do quadro inflacionário, presente na economia brasileira desde a década de 60 e que foi extremamente favorável ao sistema bancário.

O estágio atual da organização do SFN é consequência da mudança na legislação, do processo de ajuste às condicionantes macroeconômicas, após o Plano Real e alinhamento à tendência mundial. Esse processo de adaptação foi sendo monitorado pelo Banco Central, com a preocupação máxima de criar condições para maximizar os benefícios de um sistema no qual prevalecesse um menor número de empresas maiores, porém mais eficientes e sólidas.

O processo de liberalização do mercado financeiro brasileiro à participação de instituições estrangeiras foi a etapa seguinte. Apesar das limitações impostas pela Constituição Brasileira para o aumento de participação estrangeira em instituições brasileiras, em situações de interesse do País, níveis de participação maior, inclusive o controle total têm sido autorizados mediante solicitação ao Banco Central do Brasil e, aprovação, por meio de decreto presidencial.

Assim, ao tempo em que se buscou o fortalecimento do sistema financeiro, até então acostumado a um crônico processo inflacionário, viabilizou-se a redução das possibilidades de desequilíbrios estruturais. Em consequência, reduziu-se o risco sistêmico ao qual a economia estava exposta, com a adequação das resoluções definidas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, permitindo-se a inserção das instituições financeiras nacionais no mundo globalizado, em melhores condições de competitividade, criando condições para que fossem enfrentados os desafios do processo de internacionalização dos serviços financeiros traduzidos por crescimento contínuo do fluxo de capitais, entre as diferentes fronteiras que compõem esse mundo globalizado.

A constante busca do alcance de padrões internacionais tem sido uma preocupação constante por parte da comunidade financeira internacional, com o objetivo principal de atrair os concorridos e necessários capitais estrangeiros. (www.bcb.gov.br)

2.3.3 Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia

O Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (*Basle Committee on Banking Supervision*), criado pelos governadores dos bancos centrais dos países do "Grupo

dos 10", elaborou, em 1975, o Acordo da Basiléia, anunciado em julho de 1988, no qual o Grupo se comprometia a estabelecer diretrizes sobre padrões de adequação de capital mínimo para bancos internacionais. Tais diretrizes entraram em vigor em 1993.

Em janeiro de 2001, o Comitê apresentou proposta para modificação do acordo vigente quanto a requisitos de capital para os bancos comerciais. Isso representou avanço significativo, por permitir melhor avaliação de riscos e criar maiores incentivos para a estabilidade do sistema, fortalecendo a regulação e a supervisão do mercado.

O Sistema Financeiro Nacional buscou compatibilizar as normas internas com as orientações advindas do Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia. Dentre essas normas pode-se citar a Resolução 2554/98 do CMN, que teve origem nos Princípios da Basiléia, que visam, de uma maneira abrangente, garantir um eficiente sistema de supervisão bancária, com responsabilidades e objetivos bem definidos.

2.3.4 Princípios Definidos pelo Comitê da Basiléia

Os 25 princípios básicos, definidos pelo Comitê da Basiléia, essenciais para uma supervisão bancária eficaz, são divididos em sete grupos, citados por PRACTICE CONSULTORES (2003, p.02-23):

- Precondições para uma Supervisão Bancária Eficaz - Princípio 1;
- Autorizações e Estrutura - Princípios 2 a 5;
- Regulamentos e Requisitos Prudenciais - Princípios 6 a 15;
- Métodos de Supervisão Bancária Contínua - Princípios 16 a 20;
- Requisitos de Informação - Princípio 21;

- Poderes Formais dos Supervisores - Princípio 22;
- Atividades Bancárias Internacionais - Princípios 23 a 25.

a) Precondições para uma Supervisão Bancária Eficaz

1. Um sistema eficaz de supervisão bancária terá claramente definidas as responsabilidade e os objetivos de cada agência envolvida na supervisão de organizações bancárias. Cada uma dessas agências deve ter independência operacional e recursos adequados. Um ordenamento legal apropriado à supervisão bancária também é necessário, incluindo dispositivos relacionados com as autorizações às organizações bancárias e sua supervisão contínua; poderes voltados para a verificação de conformidade legal, bem como para interesses de segurança e solidez; e proteção legal para os supervisores. Também devem ser contemplados dispositivos referentes à troca de informações entre supervisores e à proteção da confidencialidade de tais informações.

b) Autorizações e Estrutura

2. As atividades permitidas às instituições autorizadas a operar como bancos, sujeitas à supervisão, devem ser claramente definidas e o uso da palavra "banco" nos nomes das instituições deve ser controlado na medida do possível.

3. O órgão autorizador deve ter o direito de estabelecer critérios e de rejeitar pedidos de autorização para operação que não atendam aos padrões exigidos. O processo de autorização deve consistir, no mínimo, de uma avaliação da estrutura de propriedade da organização bancária, seus diretores e principais administradores,

seu plano operacional e seus controles internos, e suas condições financeiras projetadas, inclusive a estrutura de capital. Quando o proprietário ou controlador da instituição proponente for um banco estrangeiro, deve-se condicionar a autorização a uma prévia anuência do órgão supervisor do país de origem.

4. Os supervisores bancários devem ter autoridade para examinar e rejeitar qualquer proposta de transferência significativa, para terceiros, do controle ou da propriedade de bancos existentes.

5. Os supervisores bancários devem ter autoridade para estabelecer critérios para exame das aquisições e dos investimentos mais relevantes de um banco, assegurando que as estruturas e ramificações corporativas não exponham o banco a riscos indevidos, nem impeçam uma supervisão eficaz.

c) Regulamentos e Requisitos Prudenciais

6. Os supervisores bancários devem estabelecer, para todos os bancos, requisitos mínimos, prudentes e apropriados, de adequação de capital. Tais requisitos devem refletir os riscos a que os bancos se submetem e devem definir os componentes de capital, levando em conta a capacidade de absorção de perdas de cada um. Pelo menos para os bancos com atuação internacional, esses requisitos não devem ser menos rigorosos do que os estabelecidos no Acordo de Capital da Basileia.

7. Um elemento essencial de qualquer sistema de supervisão é a avaliação das políticas, práticas e dos procedimentos de um banco, relacionados com a concessão de empréstimos e com as decisões de investimento, bem como com as rotinas de administração de suas carteiras de crédito e de investimento.

8. Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos estabelecem e cumprem políticas, práticas e procedimentos adequados à avaliação da qualidade de seus ativos e para adequação de suas provisões e de suas reservas para perdas em operações de crédito.

9. Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos adotam sistemas de informações gerenciais que possibilitem a identificação, pelos administradores, de concentrações dentro de suas carteiras. Os supervisores devem estabelecer limites que restrinjam a exposição dos bancos a tomadores individuais de crédito ou a grupos de tomadores inter-relacionados.

10. Visando prevenir abusos decorrentes de concessão de crédito a empresas e/ou indivíduos ligados ao banco concedente, os supervisores bancários devem estabelecer critérios que assegurem um rígido controle de tais operações, para que sejam efetivamente monitoradas. Outras medidas apropriadas devem ser adotadas para controlar ou reduzir os riscos inerentes a tais operações.

11. Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos adotam políticas e procedimentos adequados para identificar, monitorar e controlar riscos de país e riscos de transferência em suas atividades de empréstimo e de investimento internacionais, e para manter reservas apropriadas contra tais riscos.

12. Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos mantêm sistemas que avaliam com precisão, monitoram e controlam adequadamente os riscos de mercado; os supervisores devem ter poderes para impor limites específicos e/ou um encargo específico de capital sobre exposições a riscos de mercado, se necessário.

13. Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos adotam um processo abrangente de administração de risco (incluindo a supervisão

adequada pelo conselho de diretores e pela administração sênior), para identificar, medir, monitorar e controlar todos os demais riscos materiais e, quando necessário, para manter capital contra tais riscos.

14. Os supervisores bancários devem determinar que os bancos mantenham controles internos adequados para a natureza e para a escala de seus negócios. Os instrumentos de controle devem incluir disposições claras para a delegação de competência e responsabilidade; a separação de funções que envolvem a assunção de compromissos pelo banco, a utilização de seus recursos financeiros e a responsabilidade por seus ativos e passivos; a reconciliação de tais processos; a proteção de seus ativos; e as funções apropriadas de auditoria e de conformidade independentes, internas ou externas, para verificar a adesão a tais controles, assim como às leis e regulamentos aplicáveis.

15. Os supervisores bancários devem determinar que os bancos adotem políticas, práticas e procedimentos, incluindo regras rígidas do tipo "conheça-seu-cliente", que promovam elevados padrões éticos e profissionais no setor financeiro e previnam a utilização dos bancos, intencionalmente ou não, por elementos criminosos.

d) Métodos de Supervisão Bancária Contínua

16. Um sistema de supervisão bancária eficaz deve consistir da combinação de atividades de supervisão direta (*in loco*) e indireta.

17. Os supervisores bancários devem manter contato regular com as administrações dos bancos e conhecer profundamente todas as operações das instituições bancárias.

18. Os supervisores bancários devem dispor de meios para coletar, examinar e analisar relatórios prudenciais e estatísticos dos bancos, em bases individuais e consolidadas.

19. Os supervisores bancários devem dispor de meios para validação independente das informações pertinentes à supervisão, seja por intermédio de inspeções diretas, seja pelo uso de auditores externos.

20. Um elemento essencial da supervisão bancária é a capacidade de supervisionar grupos ou conglomerados bancários em bases consolidadas.

e) Requisitos de Informação

21. Os supervisores bancários devem se assegurar de que cada banco mantém registros adequados, definidos de acordo com políticas e práticas contábeis consistentes, que possibilitem uma avaliação precisa da real condição financeira do banco e da lucratividade de seu negócio, e de que os bancos publicam regularmente relatórios financeiros que reflitam com fidelidade suas condições.

f) Poderes Formais dos Supervisores

22. Os supervisores bancários devem dispor de meios para adotar ações corretivas oportunas quando os bancos deixarem de cumprir requisitos prudenciais (como índices mínimos de adequação de capital), quando houver violação de regulamentos ou quando, de alguma outra forma, houver ameaça para os depositantes. Para circunstâncias extremas, deve-se incluir a competência para

revogar a autorização de funcionamento da instituição, ou para recomendar sua revogação.

g) Atividades Bancárias Internacionais

23. Os supervisores bancários devem realizar supervisão global consolidada nas instituições que atuam internacionalmente, monitorando adequadamente e aplicando normas prudenciais adequadas em todos os seus negócios de alcance mundial, principalmente suas filiais estrangeiras, *joint-ventures* e subsidiárias.

24. Um elemento chave da supervisão consolidada é o estabelecimento de contatos e o intercâmbio de informações com os vários outros supervisores envolvidos, principalmente as autoridades supervisoras do país hospedeiro.

25. Os supervisores bancários devem requerer que as operações locais de bancos estrangeiros sejam conduzidas com o mesmo padrão de exigência requerido das instituições locais e devem ter poderes para fornecer informações requeridas por autoridades supervisoras do país de origem, visando possibilitar-lhes a supervisão consolidada.

2.3.5 Princípios para a Avaliação de Sistemas de Controles Internos

Para esse tipo de avaliação, o Comitê da Basileia define 13 princípios, citados por BOUZAS (2003, p.01-03), quais sejam:

- Controle pela Administração e Cultura de Controle – Princípios 1 a 3;
- Avaliação de Risco – Princípios 4 e 5;
- Atividades de Controle – Princípios 6 e 7;

- Informação e Comunicação – Princípios 8 a 10;
- Monitoramento – Princípios 11 a 13;

a) Controle pela Administração e Cultura de Controle

Princípio 1: O conselho de diretores deve responsabilizar-se pela aprovação das estratégias e políticas; compreender os riscos incorridos pelo banco, ajustando-os a níveis aceitáveis e assegurando-se de que a alta administração tome as medidas necessárias para identificar, monitorar e controlar estes riscos; aprovação da estrutura organizacional; e assegurar-se de que a administração sênior monitora a eficácia do sistema de controles internos.

Princípio 2: A administração sênior deve ter a responsabilidade de executar as estratégias aprovadas pelo conselho; ajustando as políticas internas apropriadas de controle; e monitorando a eficácia do sistema de controles internos.

Princípio 3: O conselho de diretores e a administração sênior são responsáveis pela promoção de elevados padrões éticos e de integridade, e por estabelecer uma cultura dentro da organização que enfatiza e demonstra a todos os níveis do pessoal a importância dos controles internos. Todos os níveis do pessoal em uma organização bancária necessitam compreender seu papel no processo de controles internos e estar inteiramente engajados no processo.

b) Avaliação de Risco

Princípio 4: A administração sênior deve assegurar-se de que os fatores internos e externos que poderiam afetar adversamente a realização dos objetivos do

banco estão sendo identificados e avaliados. Esta avaliação deve cobrir todos os vários riscos que o banco enfrenta (por exemplo, o risco de crédito, o risco do país e de transferência, o risco de mercado, o risco de taxa de juros, o risco de liquidez, o risco operacional, o risco legal e o risco de reputação).

Princípio 5: A administração sênior deve assegurar-se de que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do banco estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos podem demandar revisão de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

c) Atividades de Controle

Princípio 6: As atividades de controle devem ser uma parte integral das operações diárias de um banco. A administração sênior deve estabelecer uma estrutura apropriada de controle para assegurar controles internos eficazes, definindo as atividades de controle em cada nível do negócio. Estes devem incluir: revisões de alto nível; controles apropriados da atividade de departamentos ou divisões diferentes; controles físicos; verificação periódica de aderência aos limites de exposição; um sistema das aprovações e autorizações; e, um sistema da verificação e reconciliação. A administração sênior deve periodicamente assegurar-se de que todas as áreas do banco estejam aderentes às políticas e procedimentos estabelecidos.

Princípio 7: A administração sênior deve assegurar-se de que existe segregação de funções apropriada e que ao pessoal não foram atribuídas responsabilidades conflitantes. As áreas de conflitos de interesse potenciais devem ser identificadas, minimizadas, e com cuidado ser monitoradas.

d) Informação e Comunicação

Princípio 8: A administração sênior deve assegurar-se de que existem dados financeiros, operacionais e de *compliance* internos adequados e detalhados, assim como informação do mercado externa sobre os eventos e as circunstâncias que são relevantes ao processo de tomada de decisão. A informação deve ser confiável, oportuna, acessível, e disponibilizada em um formato consistente.

Princípio 9: A administração sênior deve estabelecer canais efetivos de comunicação para assegurar-se de que toda a equipe de funcionários esteja inteiramente ciente das políticas e dos procedimentos que afetam seus deveres e responsabilidades e que outras informações relevantes estejam alcançando o pessoal apropriado.

Princípio 10: A administração sênior deve assegurar-se de que existem sistemas de informação apropriados em funcionamento que cobrem todas as atividades do banco. Estes sistemas, incluindo aqueles que mantêm ou que se utilizam de dados em formato eletrônico, devem ser seguros e testados periodicamente.

e) Monitoramento

Princípio 11: A administração sênior deve monitorar continuamente a eficácia total dos controles internos do banco, a fim de auxiliar no atendimento dos objetivos da organização. O monitoramento dos riscos chave deve ser parte das operações diárias do banco e deve incluir avaliações independentes, de acordo com o caso.

Princípio 12: Deve existir uma auditoria interna ampla e eficaz do sistema de controles internos realizado composta por funcionários apropriadamente treinados e competentes. A auditoria interna, como a parte da monitoramento do sistema de controles internos, deve reportar-se diretamente ao conselho de diretores ou ao comitê de auditoria, e à administração sênior.

Princípio 13: As deficiências identificadas nos controles internos devem ser relatadas de forma tempestiva ao nível apropriado da administração e serem cuidadas prontamente. As deficiências relevantes nos controles internos devem ser relatadas à administração sênior e ao conselho de diretores.

2.3.6 Atribuições do Banco Central do Brasil

Conforme definido no Manual de Supervisão do Banco Central do Brasil:

O acompanhamento da evolução do sistema financeiro faz parte das atribuições do Banco Central, a quem compete conceder autorização para o funcionamento das instituições financeiras, instalação ou transferência de suas sedes ou dependências, ou ainda, para que as instituições sejam transformadas, fundidas, incorporadas ou tenham seu controle transferido. O acompanhamento da atuação e da adequação do SFN é, portanto, um valioso instrumento que visa o direcionamento da ação normatizadora do Banco Central, em consonância com as diretrizes governamentais.

Como órgão supervisor, compete ao Banco Central do Brasil regulamentar e fiscalizar a atuação das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares e aplicar as medidas corretivas e coercitivas cabíveis. (www.bcb.gov.br, 2003)

Por meio de uma supervisão moderna e eficaz, focada nos riscos assumidos pelos bancos e nos riscos para o sistema, compete ao Banco Central do Brasil manter as instituições financeiras dentro de limites prudenciais. A legislação sobre o Sistema Financeiro Nacional confere amplos poderes ao Banco Central para supervisionar as instituições financeiras em operação no Brasil, inclusive as estrangeiras.

Os focos de uma inspeção devem ser os riscos e a avaliação do controle que a administração exerce sobre eles, com a identificação dos pontos fracos que possam gerar problemas. Esse foco reconhece que o conselho de administração e a diretoria são os responsáveis finais pela manutenção da confiança do público em suas instituições.

Os supervisores da maioria dos países do mundo estão alterando gradualmente suas políticas e seus procedimentos para se concentrarem na capacidade das instituições para administrar os riscos aos quais estão expostas, e na adequação do capital necessário para suportá-los. A partir de meados da década de 90, o Banco Central do Brasil iniciou um processo similar para modernizar sua ação fiscalizadora, guiado pelas recomendações do Comitê da Basiléia sobre Supervisão Bancária.

2.3.7 Objetivos da Supervisão Bancária

Os objetivos e os procedimentos de supervisão direta adotados pelo Banco Central do Brasil atendem às recomendações do Comitê da Basiléia sobre Supervisão Bancária. Esses padrões, amplamente aceitos, asseguram que procedimentos, conclusões e constatações da supervisão, relativos às sociedades sob exame, sejam baseados em princípios sólidos e abrangentes e sejam aplicados em todas as instituições. Os objetivos gerais do processo de inspeção, definidos no Manual de Supervisão do Banco Central do Brasil, são:

- determinar se as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil estão controlando seus riscos com a observância de limites prudentes em relação a sua solidez e a sua capacidade para identificar, avaliar e monitorar os riscos inerentes a seus negócios;
- assegurar que as instituições avaliem suas exposições a risco e estabeleçam provisões suficientes para perdas esperadas e potenciais;

- assegurar que o capital das instituições financeiras seja adequado para suportar choques originários da deterioração da qualidade de seus ativos ou do efeito de condições externas sobre seus negócios;
- avaliar a eficiência das políticas, dos limites e dos controles internos implementados pelas instituições financeiras e a adequação de sua estrutura organizacional, de forma a assegurar que elas permaneçam sólidas, viáveis e capazes de prestar os serviços financeiros exigidos pelo público;
- verificar a observância às normas estabelecidas para regulamentar as instituições do Sistema Financeiro Nacional e a exatidão dos relatórios regulamentares recebidos pelo Banco Central;
- identificar deficiências, infrações e pontos fracos detectados durante as inspeções diretas periódicas que possam afetar a solidez e a viabilidade futura das instituições financeiras e recomendar ações para corrigi-los. (www.bcb.gov.br, 2003)

Com base nas recomendações do Comitê da Basileia sobre supervisão bancária, o Banco Central do Brasil editou a Resolução 2554/98, que estabelece padrões mínimos para controles internos eficientes, e que define as responsabilidades da administração no estabelecimento de sistemas de controles internos. A verificação da cobertura e eficácia dos controles internos, à luz das diretrizes em vigor, é uma parte significativa de qualquer inspeção em uma instituição financeira.

2.4 RISCOS

Segundo GITMAN (1997, p.202), risco pode ser definido como “possibilidade de prejuízo financeiro, ou mais formalmente, a variabilidade de retornos associada a um determinado ativo”, ainda conforme o autor “incerteza” seria outro termo formalmente usado com o mesmo sentido de risco.

SECURATO (1996, p.28) define risco como sendo “a probabilidade de ocorrência do evento gerador da perda ou da incerteza”

Pode-se concluir que na atividade das instituições financeiras há risco bancário, decorrente do negócio entre o banco e os correntistas.

A definição de riscos é ampla e irrestrita, estando associados a todas as atividades da vida humana, sejam elas de cunho pessoal ou empresarial. Para as organizações, na capacidade de identificar os riscos e avaliá-los reside o sucesso do seu gerenciamento.

2.4.1 Administração de Riscos

Ainda na Idade Média, no início do século XIV, o aumento do comércio acelerou o crescimento das finanças e dos seguros, com o surgimento de instrumentos como as letras de câmbio, que facilitavam a transferência de dinheiro do cliente ao fornecedor, e impulsionaram o crescimento de formas financeiras de administrar o risco. Além disso, os mercadores aprenderam desde cedo, a empregar a diversificação para diminuir os riscos.

A idéia de administrar e reduzir riscos é antiga, tendo evoluído com o passar dos séculos. Surgiram as primeiras grandes seguradoras, a partir da criação de uma empresa de seguros contra incêndios, chamada *First American*, em 1752, nas colônias norte-americanas; depois, foi criada a *Society of Lloyd's*, em 1771, por um grupo de empresários individuais não constituídos em pessoa jurídica e que operava sob um código de conduta auto-regulamentado, e que perfizeram os membros do *Lloyd's*.

Com a conquista da independência, os norte-americanos, privados dos serviços ingleses, criaram mais empresas próprias. A primeira empresa de capital aberto foi a *Insurance Company Of North America*, na Filadélfia, que emitia apólices de seguros contra incêndios e seguros marítimos. Essa empresa emitiu as primeiras apólices de seguro de vida.

Para BERNSTEIN (1997, p.01) “a idéia revolucionária que define a fronteira entre os tempos modernos e o passado é o domínio do risco: a noção de que o futuro é mais do que um capricho dos deuses e de que homens e mulheres não são passivos ante a natureza”.

CARVALHO, MELO e MIUTA (2001, p.58), citando Christopher Marshall, descrevem que “o gerenciamento de risco envolve sempre um processo sistemático e contínuo de identificação da exposição ao risco, a mensuração do risco, a análise, o controle, a prevenção, a redução e avaliação e o aspecto financeiro desse risco.”

Como pode ser visto, o conceito de riscos pode ser abordado sob os mais diferentes aspectos, partindo do seu conceito puro e extrapolando para cada risco específico, presente nas mais diversas situações. Sua possibilidade de ocorrência pode estar ligada a fatores externos ou internos da empresa. Constantemente, as empresas encontram dificuldades para mensurar o nível de exposição ao risco à que estão sujeitas.

O gerenciamento dos riscos tem diferentes significados, dependendo do posicionamento das pessoas ou empresas perante eles. Assim, para um regulador como o Banco Central, por exemplo, gerenciamento de riscos trata de controle; já para o administrador de riscos de um banco refere-se à alocação de capital para obter o maior retorno em relação ao risco.

Conforme BERNSTEIN (1997, p.02) “a administração do risco nos guia por uma ampla gama de tomada de decisões, da alocação da riqueza à salvaguarda da saúde pública, da condução da guerra ao planejamento familiar, do pagamento de prêmios de seguros ao uso do cinto de segurança, da plantação de milho à venda de flocos de milho”.

Todas as atividades humanas envolvem tomadas de decisões e convivência contínua com riscos. No setor financeiro não é diferente, pois a atividade bancária para ser lucrativa, requer assunção de risco e deve adotar uma proposta pró-ativa, reconhecendo os riscos envolvidos na atividade, seja em grandes instituições, pequenos bancos, caixas econômicas ou demais instituições financeiras.

2.4.2 Administração de Riscos em Instituições Financeiras

Segundo BERNSTEIN (1997, p.03) “a capacidade de administrar o risco, e com ele a vontade de correr riscos e de fazer opções ousadas, são elementos-chave da energia que impulsiona o sistema econômico”.

GITMAN (1997, p.202) descreve que “o risco, em seu sentido fundamental, pode ser definido como a possibilidade de prejuízo financeiro”. Tal definição pode ser incorporada como uma das maiores preocupações dos gestores das instituições financeiras. O autor enfatiza que “aqueles ativos que possuem grandes possibilidades de prejuízos são vistos como mais arriscados que aqueles com menos possibilidades de prejuízos”.

Em instituições financeiras pode-se entender então o risco, como sendo a parcela de chance que determinada operação, ação ou atitude que proporcione danos que podem resultar em prejuízo financeiro.

Para SAUNDERS (2000, p.17) “os riscos enfrentados pelos administradores de instituições financeiras e os métodos e mercados nos quais esses riscos são geridos estão-se tornando cada vez mais parecidos, quer a instituição esteja registrada como banco comercial, quer como banco de poupança, quer como banco de investimento, quer como companhia de seguro”.

Com a criação de padrões internacionais para gerenciamento de risco pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, as diretrizes definidas tornam-se regras de mercado, e não só os países membros, mas um grande número de países as aplica em seus mercados financeiros. O Banco Central do Brasil endossou e regulamentou, por meio da Resolução 2554/98, os princípios da Basileia.

As instituições financeiras, por meio de normas emanadas dos órgãos reguladores, desenvolvem esforços de supervisionamento da estimativa do risco. O sistema gerenciador do próprio banco, incluída a atuação da auditoria interna, acaba sendo a principal linha de defesa para garantir a segurança e a excelência da operação bancária.

Segundo Ludwig (1999, p.3), “para uma boa gestão de risco deverá ser incrementada a quantificação e modelagem do risco. Uma instituição que analisa riscos com maior perfeição, estará mais qualificada a atuar com maior agilidade e a minimizá-los”.

Adotar uma postura de atuação ‘focada no risco’, representa a máxima certeza de qualidade do produto para os clientes e para o Sistema Financeiro Nacional como um todo, assim como identificar e avaliar os principais tipos de risco apresentados pelas atividades bancárias atuais e determinar a adequação da gestão de risco, determinando ação corretiva quando necessário.

A auditoria interna tem sido caracterizada como uma área que presta conselhos e recomendações com base em registros históricos das operações, centrada no passado. Quebrar esse paradigma, passando a focalizar o futuro, com a atenção voltada para os riscos, qualificará os trabalhos de auditoria que irão ao encontro do interesse da administração.

2.4.3 Padrões Mínimos para Gestão de Riscos

Os padrões mínimos para todos os sistemas eficientes de gestão de risco, decorrentes da regulamentação exigida pelo Banco Central do Brasil, e definida no Manual de Supervisão desse órgão de controle, no capítulo referente à Gestão Empresarial, incluem as seguintes características essenciais:

- a atuação da administração no desenvolvimento e na divulgação de controles operacionais e sistemas de gestão de risco e no monitoramento da aderência a políticas e a controles internos, bem como às leis e à regulamentação aplicáveis;
- a identificação dos riscos inerentes a todas as atividades da instituição financeira: os sistemas de gestão de risco abrangem o risco de crédito, o risco de mercado (inclusive de taxa de juros, o risco cambial e o risco de preços), o risco de liquidez e os riscos operacional, legal e de imagem;
- a identificação e a análise das exposições ao risco;
- a quantificação do grau de risco levando-se em consideração o volume absoluto ou relativo, e/ou a perda potencial ao longo de um determinado período. A capacidade dos sistemas de tecnologia da informação — TI para mensurar os riscos com precisão e para gerar relatórios em tempo hábil é essencial para a avaliação dos riscos;
- o controle dos riscos em relação à capacidade e à experiência da administração e sua capacidade financeira para absorvê-los. Os mecanismos de controle incluem políticas que estabeleçam parâmetros aceitáveis — para a instituição — de riscos, limites de posicionamento e de exposição ao risco e alçadas razoáveis de aprovação. Os limites e controles são verificados periodicamente por meio de testes de estresse;
- o monitoramento constante das exposições ao risco pela administração. (www.bcb.gov.br, 2003)

2.4.4 Tipos de Riscos para as Instituições Financeiras

O princípio quatro para a avaliação de sistemas de controles internos do Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, citado por BOUZAS (2003, p.01) descreve que a avaliação de riscos deve cobrir “todos os vários riscos que o banco enfrenta (por exemplo, o risco de crédito, o risco do país e de transferência, o risco de mercado, o risco de taxa de juros, o risco de liquidez, o risco operacional, o risco legal e o risco de reputação)”.

Para SAUNDERS (2000, p.99) “os tipos básicos de riscos enfrentados pelos modernos IFs incluem riscos de variação de taxa de juros, risco de mercado, risco de crédito, risco de operações fora do balanço, risco tecnológico e operacional, risco de câmbio, risco soberano, risco de liquidez e risco de insolvência”.

O Banco MSLT, em estudo, apresenta a definição dos principais riscos à que está exposto, em normas internas específicas, classificando-os em risco de conformidade, de crédito, de imagem, de liquidez, operacional, de preços, de taxa de juros, estratégico e risco legal.

Na identificação de riscos envolvidos nas atividades das instituições financeiras, verifica-se que existem algumas variações na classificação e definição dos principais riscos, de acordo com as características de cada instituição ou até mesmo pela interpretação dada por determinado autor.

Neste trabalho optou-se por estabelecer como parâmetro a definição dos principais riscos envolvidos na atividade bancária citadas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, destacando convergências verificadas entre a definição apresentada por esse comitê com a descrita pelo autor Anthony Saunders na obra Administração de Instituições Financeiras, além da definição encontrada nos normativos internos da empresa em estudo, para a qual atribuímos o nome fictício de Banco MSLT, com o objetivo de preservar dados e informações internas.

2.5 CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS NAS ATIVIDADES BANCÁRIAS

A atividade bancária, por sua natureza, implica a exposição a uma variada gama de riscos. Os supervisores bancários precisam entendê-los e assegurar-se de que os bancos os avaliam e os administram adequadamente.

O quadro abaixo apresenta a classificação dos principais riscos envolvidos nessas atividades, sob três diferentes abordagens, definidos pelo Comitê da Basileia, apud PRACTICE CONSULTORES (2003, p.10), classificados segundo SAUNDERS (2000, p.99), e a definição do Banco em análise.

Quadro 2 – Quadro Comparativo

CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
Tipos de Riscos	Abordado por		
	Basileia	Anthony Saunders	Banco MSLT
Risco de Câmbio		X	
Risco de Crédito	X	X	X
Risco Legal	X		X
Risco de Liquidez	X	X	X
Risco de Mercado	X	X	
Risco Operacional	X	X*	X
Risco do País e de Transferência ou Risco Soberano	X	X	
Risco de Reputação ou Risco de Imagem	X		X
Risco de Taxas de Juros ou Risco de Variação de Taxas de Juros	X	X	X
Risco de Operações Fora do Balanço		X	
Risco de Insolvência		X	
Risco de Preços			X
Risco de Conformidade			X
Risco Estratégico			X
Outros Riscos e Interação entre Riscos		X	

Fonte: Dados trabalhados pelo autor

* citado como Tecnológico e Operacional

2.5.1 Risco de Crédito

A concessão de empréstimos é uma das principais atividades da maioria das instituições financeiras. Para isso, o cliente ou tomador precisa ter sua capacidade de crédito avaliada. A avaliação nem sempre é acurada e diversos fatores podem contribuir para reduzir a capacidade de crédito do tomador ao longo do tempo contratual.

Conforme definido pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, apud PRACTICE (2003, p.10) “um risco importante que os bancos enfrentam é o de crédito ou a falha de uma contraparte no desempenho de compromissos contratuais. Este risco se aplica não apenas a empréstimos, mas também a outras operações intra e extra-balanço, tais como garantias, aceites e investimentos em títulos”.

Há risco de crédito quando os fluxos de caixa prometidos pelos títulos primários possuídos por instituições financeiras não forem pagos integralmente. Segundo SAUNDERS (2000, p.102), “se o principal de todos os instrumentos financeiros possuídos por IFs fosse pago integralmente na data de vencimento e os pagamentos de juros fossem feitos nas datas prometidas, os IFs sempre receberiam de volta o principal originalmente emprestado mais o rendimento de juros. Ou seja, não enfrentariam risco de crédito”.

Nesse mesmo contexto outro problema comum para os bancos é a exposições excessiva a um único tomador ou a um grupo de tomadores inter-relacionados, por representarem concentração do risco de crédito, podendo acarretar problemas significativos, pois as decisões relacionadas com a capacidade de crédito do tomador nem sempre são definidas objetivamente. Esse inter-relacionamento pode acarretar tratamento preferencial nos empréstimos e maiores riscos de perda.

Segundo SAUNDERS (2000, p.102) “uma das vantagens que as IF possuem em relação aos investidores individuais é a capacidade de se diversificar parte do risco de crédito, explorando a lei dos grandes números em suas carteiras de ativos (...) a diversificação de ativos expostos a risco de crédito atenua a longa faixa de perdas na distribuição de retornos”.

Deve-se ressaltar que a diversificação reduz o risco de crédito específico, tal como o risco de investimento em obrigações ou empréstimos de determinada empresa, deixando a instituição exposta ainda a risco de crédito sistemático, ou seja, fatores que aumentam o risco de inadimplência de todas as empresas na economia.

É um risco crítico para os bancos, pelo seu potencial de gerar impacto negativo, a curto prazo, nos resultados operacionais, é inerente às operações de crédito e grande parte dos ativos bancários brasileiros é formada pelas operações de crédito, em suas diversas modalidades na forma de empréstimos e financiamentos.

2.5.2 Risco País e Risco de Transferência ou Soberano

Todas as operações de empréstimos estão sujeitas ao risco de crédito. Quando se trata de empréstimos internacionais, há que se falar também em risco país, pois este é associado aos ambientes econômico, social e político do país tomador.

PRACTICE (2003, p.11), citando a definição do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, descreve que “o risco país é mais visível nos empréstimos aos governos estrangeiros e a suas agências, já que tais operações são tipicamente não-garantidas, mas é importante considerá-lo em todos os empréstimos e investimentos externos, para tomadores públicos ou privados”.

Associado ao risco país e como um de seus componentes, o Comitê da Basileia cita o “risco de transferência”, que “surge quando as obrigações do tomador não são expressas em moeda local. A moeda de que o tomador necessita para saldar suas obrigações pode não lhe estar disponível, independentemente de sua condição financeira particular”

Quando se investe em ativos em outro país, um intermediário financeiro pode se expor ao risco soberano que, segundo SAUNDERS (2000, p.107), "é um tipo mais sério de risco de crédito do que o enfrentado por um IF que adquire ativos domésticos, tais como obrigações e empréstimos de empresas domésticas".

Se uma empresa doméstica não for capaz de honrar um compromisso de empréstimo, a instituição financeira pode recorrer à justiça para recuperar seu investimento. Já uma empresa estrangeira pode, por proibições impostas pelo governo do seu país, em virtude de insuficiência de reservas e motivos políticos, deixar de devolver o principal ou pagar os juros de seus títulos. Neste caso, o intermediário financeiro quase nenhum recurso tem à lei de falência local ou à justiça civil internacional.

Nas definições citadas pode-se verificar que, embora utilizando titulações divergentes, as definições de risco país e de transferência ou risco soberano convergem para um mesmo tipo de risco.

2.5.3 Risco de Mercado

Os movimentos nos preços de mercado impõem riscos de perdas aos bancos. Para o Comitê da Basileia, apud PRACTICE (2003, p.11) "os princípios de contabilidade geralmente aceitos tornam esses riscos mais evidentes em suas atividades mercantis, tanto nas que envolvem capital de terceiros como nas que envolvem capital próprio, ou nas posições referentes aos mercados de câmbio ou de *commodities*. Uma modalidade específica do risco de mercado é o risco de câmbio".

Quando estabelecem suas cotações junto aos clientes e assumem posições abertas em moedas, os bancos atuam como indutores do mercado de moedas

estrangeiras. Períodos de instabilidade em relação à taxas de câmbio aumentam os riscos inerentes às operações de câmbio.

Segundo SAUNDERS (2000, p.101) “há risco de mercado sempre que os IFs negociam ativos e passivos (e derivativos), em lugar de mantê-los para fins de investimento a longo-prazo, financiamento e *hedging*”.

Perdas com negociações de títulos podem levar uma instituição à falência, como no caso do banco de investimento britânico *Barings*, com 200 anos de existência, que quebrou devido a perdas com negociação de títulos, em fevereiro de 1995. Um de seus operadores, *Nick Leeson*, estava apostando na alta do Índice *Nikkei*, do mercado japonês de ações, comprando contratos futuros desse índice. Por vários motivos o índice caiu, levando o banco a perder mais de 1,2 bilhão de dólares em suas operações com títulos, tornando-se insolvente.

Para SAUNDERS (2000, p. 106) “a expansão para o exterior de uma maneira não diversificada – tal como o desenvolvimento de apenas um país, ou a compra de títulos de empresas de um único país - expõe um IF a risco de câmbio”.

Assim, pode-se verificar que o risco de mercado está associado à movimentação do mercado, sempre que uma instituição negocia com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e derivativos, e os preços variam em direção oposta à esperada e ainda risco de câmbio quando envolver operações fora do país. Portanto, os administradores devem ampliar os controles, limitar posições assumidas por operadores e medir a exposição diária ao risco de mercado. Na definição do Banco MSLT é citado como Risco de Preço.

2.5.4 Risco de Taxa de Juros

Segundo a definição apresentada pelo Comitê de Supervisão da Basileia o risco de taxa de juros se refere à:

exposição da situação financeira de um banco a movimentos adversos nas taxas de juros. Esse risco impacta os ganhos de um banco e o valor econômico de seus ativos, passivos e instrumentos extra-balanço. Os principais tipos de riscos de taxa de juros aos quais os bancos normalmente se expõem são: (1) risco de apreciação ou depreciação, que decorre de diferenças nos períodos de tempo de maturação (para taxas fixas de juros) e de apreciação ou depreciação (para taxas flutuantes) de ativos, de passivos e de posições extra-balanço do banco; (2) risco da curva de retorno, que decorre de mudanças na inclinação e no perfil da curva de retorno de uma operação; (3) risco de base, que decorre de correlações imperfeitas no ajustamento de taxas recebidas e pagas nos diversos instrumentos, mesmo quando tais instrumentos possuem características semelhantes de valorização; e (4) risco de opções, decorrente da possibilidade do exercício de opções implícitas e explícitas vinculadas aos ativos, aos passivos e às carteiras extra-balanço de muitos bancos. (PRACTICE, 2003, p.11)

É impossível imaginar a atividade financeira sem os riscos de taxas de juros, pois eles estão diretamente associados ao dia a dia das instituições, que têm como uma das atribuições básicas captar e emprestar recursos. No entanto, podem representar uma significativa ameaça para os resultados e para a estrutura de capital de um banco.

O controle dos riscos de taxa de juros tem importância crescente em mercados financeiros sofisticados, em que os clientes administram ativamente suas exposições. Atenção especial deve ser dispensada em países onde a taxa de juros está em processo de desregulamentação.

Para SAUNDERS (2000, p.99) “os títulos primários adquiridos pelos IFs, geralmente têm características de prazo e liquidez distintas das apresentadas pelos títulos secundários que são vendidos pelos IFs. Ao produzir esse descasamento de prazos de ativos e passivos como parte de sua função de transformação de ativos, os IFs expõem-se à possibilidade de risco de variação de taxa de juros”.

O descasamento de prazo e taxa de juros existente entre o custo do dinheiro ou passivo e a taxa de retorno num ativo para uma instituição financeira, é o que, via

de regra, assegura boa parte do lucro do sistema financeiro. Porém, há sempre o risco de lucro negativo representado pelo risco de taxa de juros. Isso se dá quando uma instituição possuir ativos de prazos mais longos do que seus passivos e ao captar novos recursos tiver que pagar juros maiores ou enfrentar incertezas quanto à taxa à qual poderá reaplicar fundos captados quando mantém ativos de prazo mais curto do que o de seus passivos.

2.5.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez em um banco, conforme a definição do Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia,

decorre da sua incapacidade de promover reduções em seu passivo ou financiar acréscimos em seus ativos. Quando um banco apresenta liquidez inadequada, perde a capacidade de obter recursos, seja por meio de um aumento de seus exigíveis, seja pela pronta conversão de ativos, a custos razoáveis, afetando assim sua rentabilidade. Em casos extremos, liquidez insuficiente pode acarretar a insolvência de um banco. (PRACTICE, 2003, p.11)

Se os titulares das contas ou seguros exigirem dinheiro à vista em troca de seus direitos financeiros, vendendo seu direito de volta ao intermediário financeiro, ele será obrigado a buscar recursos ou vender ativos.

Em situações como esta haverá risco de liquidez:

Quando os titulares de passivos exigem dinheiro imediatamente – ou seja, vendem seu direito financeiro de volta ao IF -, o IF é forçado a obter recursos adicionais ou a liquidar ativos para atender a exigência de retirada de fundos. “citando ainda que “há momentos, nos quais um IF pode acabar enfrentando uma crise de liquidez. Por causa da falta de confiança no IF ou alguma necessidade imprevista de numerário, os titulares de passivos podem exigir retiradas superiores ao que seria normal.”(SAUNDERS, 2000, p.107)

O risco de liquidez pode acarretar até mesmo a insolvência da instituição ou de várias instituições, quando todos ou muitos enfrentam exigências extraordinárias

semelhantes. O custo de fundos adicionais eleva-se e sua oferta torna-se limitada ou nula, ou quando como consequência os intermediários financeiros forem obrigados a vender alguns de seus ativos, numa venda forçada e consequentemente a preços mais baixos, para cobrir as exigências de retirada por titulares de seus passivos.

2.5.6 Risco Operacional

Segundo descreve PRACTICE (2003, p.11), citando o Comitê da Basileia, risco operacional é “o risco de perdas diretas ou indiretas resultante de processos internos inadequados ou falhos, de pessoas e de sistemas ou de eventos externos”.

Cita ainda que, “as modalidades mais relevantes de risco operacional envolvem o colapso de controles internos e do domínio corporativo. Tais colapsos podem acarretar perdas financeiras por meio de erros, fraudes ou deficiência no desempenho oportuno de atividades, podendo ainda causar, de alguma outra forma, comprometimento dos interesses do banco”.

Para SAUNDERS (2000, p.104) “o Risco Operacional está relacionado, em parte, ao risco tecnológico, e pode surgir sempre que a tecnologia existente deixa de funcionar adequadamente, ou os sistemas de apoio falham”. Entende ainda esse autor, que “há Risco Tecnológico, quando os investimentos em tecnologia não produzem as reduções esperadas de custo, em termos de economias de escala ou escopo”.

Excesso no uso de competências e atribuições, condução dos negócios de maneira não ética ou arriscada são exemplos de risco operacional vivido pelas instituições, ou até mesmo deficiências graves nos sistemas tecnológicos de informação.

A inovação tecnológica é um dos fatores de maior preocupação para um intermediário financeiro. Nas últimas décadas os bancos e as companhias de seguro e de investimento têm procurado aumentar sua eficiência operacional, investindo fortemente em sistemas de comunicação interna e externa, computadores e infraestrutura tecnológica. A melhoria do sistema de controle interno da entidade está diretamente ligada à redução de riscos, especialmente do operacional.

2.5.7 Risco Legal

Os bancos estão sujeitos a várias formas de risco legal, riscos que estão sempre associados a leis, pareceres, processos judiciais, jurisprudência e mudanças na legislação, podendo causar desvalorização de ativos ou de valorização de passivos em intensidades inesperadamente altas.

Há ainda outras possibilidades, segundo o Comitê de Supervisão da Basiléia, citado por PRACTICE (2003, p.12) “a legislação existente pode falhar na solução de questões legais envolvendo um banco. Um processo judicial envolvendo um determinado banco pode ter amplas implicações para todo o segmento bancário e acarretar custos, não somente para a organização diretamente envolvida, mas também para muitos ou todos os outros bancos”.

Pela peculiaridade de suas atribuições os bancos são particularmente suscetíveis a riscos legais, quando há mudanças nas leis e adoção de novos tipos de transações, como tem ocorrido recentemente com a adaptação aos princípios essenciais para uma supervisão bancária eficaz, definidos no acordo da Basiléia e ainda especialmente quando o direito legal de uma contraparte numa transação não está claramente estabelecido.

2.5.8 Risco de Reputação

Na definição do Comitê da Basileia, apud PRACTICE (2003, p.12), pode-se ver que “os riscos de reputação se originam, entre outras causas, de falhas operacionais e de deficiências no cumprimento de leis e de regulamentos relevantes. Riscos de reputação são particularmente danosos para bancos, já que a natureza de seus negócios requer a manutenção da confiança de depositantes, de credores e do mercado em geral”.

Definido por muitas instituições como risco de imagem, e sendo particularmente danoso para os bancos devido à natureza do negócio, tem recebido cada vez mais atenção dos intermediários financeiros, que receberam recentemente uma nova ferramenta para monitorização desse risco, que é a divulgação pelo Banco Central do ranking das reclamações recebidas por aquele órgão e adoção de medidas corretivas para restabelecer a manutenção da confiança do mercado em geral.

2.5.9 Outros Riscos

a) Risco de Operações Fora do Balanço

Para SAUNDERS:

Uma das tendências mais marcantes nos IFs modernos tem sido o crescimento de suas atividades fora do balanço, e portanto, seu risco de operações fora do balanço. Uma atividade fora do balanço, por definição, não aparece no balanço patrimonial corrente, porque não diz respeito à posse de um direito (ativo) primário corrente ou à emissão de uma obrigação (passivo) secundária corrente. (SAUNDERS, 2000, p.103)

São atividades que estão fora do balanço hoje, mas que no futuro, poderão afetar o resultado do balanço de uma instituição financeira, visto que envolvem a criação de ativos e passivos condicionais. Cartas de fiança, compromisso de concessão de empréstimos por bancos, contratos a termo, contratos futuros e swaps são alguns exemplos de operações fora do balanço.

b) Risco de Insolvência

De acordo com SAUNDERS:

O risco de insolvência é uma decorrência ou consequência de riscos excessivos de variação de taxas de juros, preços de mercado, crédito, operações fora do balanço, riscos tecnológicos, cambiais, soberanos e de liquidez. Tecnicamente, a insolvência ocorre sempre que os recursos próprios ou internos do IF são insuficientes para cobrir perdas incorridas em função de um ou mais riscos de alguma natureza. (SAUNDERS, 2000, p.108)

Quanto menor for o endividamento de um intermediário financeiro e quanto maior for a relação entre recursos próprios e fundos de terceiros captados, mais capaz será de suportar perdas devidas a variações desfavoráveis de taxas de juros, risco de crédito ou outros motivos.

c) Outros Riscos e Interação de Riscos

Embora tenha sido apresentada uma relação de riscos, descritos de maneira independente e feita de maneira proposital para facilitar o entendimento de cada um deles, na realidade esses riscos costumam ser interdependentes.

Conforme o exemplo citado por SAUNDERS (2000, p.108)

Quando as taxas de juros sobem, as empresas encontram maiores dificuldades para fazer os pagamentos prometidos de suas dívidas. Portanto, em certa faixa de variação de taxas de juros, há correlação positiva entre os riscos de crédito e

de taxa de juros. De maneira semelhante, as variações de taxas de câmbio e de taxas de juros também fortemente correlacionadas.

Existem ainda vários outros riscos, geralmente de natureza mais discreta ou mesmo de ordem macroeconômica, que também afetam uma instituição financeira, tais como mudança repentina na legislação tributária, aumento da taxa e volatilidade da inflação e aumento no índice de desemprego.

Não se pode deixar de citar os eventos inesperados que provocam alterações nas condições dos mercados financeiros como guerras, revoluções ou colapsos repentinos. Esses eventos exercem impacto significativo sobre a exposição a risco. Outros riscos desse tipo incluem desfalques, falsificações e violação de obrigações fiduciárias.

2.6 DEFINIÇÃO DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO EM QUESTÃO

No Banco MSLT, os riscos, já citados em quadro específico, estão descritos em normas internas e recebem definições atribuídas pela instituição, de acordo com a literatura existente sobre o assunto e as peculiaridades da empresa, descritos a seguir.

a) Risco de Conformidade

Risco decorrente da inobservância das normas externas ou internas ou erro na sua interpretação. Seu controle visa a assegurar o cumprimento de normas externas e internas, mediante elaboração e divulgação tempestiva de Manual Normativo de forma clara, concisa e objetiva.

b) Risco de Crédito

Risco incidente sobre operações de crédito decorrente da incapacidade do tomador honrar as obrigações financeiras de qualquer contrato. Seu controle consiste em avaliar o perfil, a situação sócio-econômica, e a capacidade de pagamento do tomador, a qualidade das garantias oferecidas e gerenciar a inadimplência.

c) Risco de Imagem

Risco de perda da reputação ou imagem do Banco, decorrente de ação que provoque repercussão negativa junto ao público. Seu controle visa a assegurar que a imagem do Banco, junto aos seus clientes, fornecedores e governos, seja construída por uma atuação coerente com a sua missão.

d) Risco de Liquidez

Risco incidente sobre o volume dos recursos financeiros necessários para liquidação de obrigações, decorrente do descasamento entre as entradas e saídas de recursos financeiros ou incapacidade de obter recursos devido a condições de mercado. Seu controle visa a assegurar que as operações que compõem o fluxo de caixa sejam administradas com eficácia.

e) Risco Operacional

Risco incidente sobre o resultado esperado com a realização de qualquer operação, decorrente de falhas humanas, nos processos ou nos sistemas, ou de eventos externos. Seu controle visa a assegurar consistência e adequação das operações, reduzindo o número de falhas para diminuir os conseqüentes prejuízos e melhoria da qualidade das atividades, produtos ou serviços.

f) Risco de Preços

Risco incidente sobre produtos ou serviços, decorrente de flutuações de preços no mercado, ou por estabelecimento equivocado do preço a ser cobrado. Seu controle visa a assegurar uma política de preços adequada ao mercado, baseada, principalmente em correta avaliação de cenários.

g) Risco de Taxa de Juros

Risco incidente sobre aplicações e captações no mercado financeiro, que decorre das flutuações das taxas de juros em função das políticas macroeconômicas e turbulências no mercado, ou por estabelecimento equivocado da taxa de juros a ser cobrada. Seu controle visa a assegurar a correta avaliação de cenários de mercado, observar a utilização adequada de instrumentos de “*hedge*” disponíveis e acompanhar o desenvolvimento do modelo de gestão do risco de crédito.

h) Risco Estratégico

Risco incidente sobre o funcionamento operacional do Banco, decorrente do distanciamento entre esse funcionamento e os objetivos estratégicos, em consequência do insucesso das estratégias adotadas ou de erro de concepção por análise inadequada das variáveis internas e externas. Seu controle visa a assegurar que o gerenciamento estratégico seja uma prática de gestão adotada por todas as unidades do Banco.

i) Risco Legal

Risco de perda financeira em decorrência de ações judiciais. Seu controle visa à correta identificação dos motivos da demanda judicial, para se evitar novas ocorrências, bem como a tempestividade e adequação dos procedimentos a serem adotados para a defesa eficiente da ação.

2.7 NORMAS PARA ADEQUAÇÃO AO PADRÃO DA BASILÉIA

FREITAS (2003 p.01-02) cita que Armínio Fraga, quando na presidência do Banco Central do Brasil, “observou, em determinada oportunidade, que o risco que vem do crédito não é diferente do risco que vem do descasamento de juros, do descasamento de prazos ou do descasamento de moeda”. Em outra oportunidade, ensinou: “A gente está sempre tentando traçar cenários e reavaliar as condições da economia, os riscos sempre existem”.

O Banco Central vem introduzindo à cultura do Sistema Financeiro Nacional, regulamentações para a gestão de riscos, como as seguintes:

- 1º) as regras de adequação de capital e patrimônio líquido das instituições financeiras (para a fixação de limite para os riscos enfrentados pelas instituições financeiras), através da Resolução nº 2.099, de 17.08.94;
- 2º) as regras de controles internos (para a redução dos riscos operacionais), através da Resolução nº 2.554, de 24.09.98.
- 3º) gestão de risco das operações de crédito (para a avaliação da qualidade dos ativos e adequação das provisões), através da Resolução nº 2.682, de 12.12.99;
- 4º) gestão de risco de mercado (para limitar os riscos de variação da taxa de juros, da taxa de câmbio e de preços, em função da instabilidade dos mercados financeiros), através da Resolução nº 2.692, de 24.02.2000;
- 5º) por último, gestão dos riscos de liquidez (para limitar o descasamento entre pagamentos e recebimentos), através da recém editada Resolução nº 2.804, de 21.12.2000.

Essas cinco Resoluções, em conjunto, formam a base de regras e exigências de cautela para a atividade bancária, base que dá as condições para a supervisão da atividade bancária, de acordo com os princípios centrais do Comitê da Basileia sobre a Supervisão da Atividade Bancária.

2.7.1 Principais Riscos Para as Instituições Financeiras

Embora todo e qualquer tipo de risco deve ser considerado pelo administrador na elaboração do plano estratégico da empresa e sistema de controle interno, e pela auditoria na elaboração do plano de trabalho e avaliação do sistema de controle, observa-se, nas definições apresentadas, que há concordância na citação e

convergência, nas definições dos riscos de crédito, liquidez, operacional e de mercado, aqui incluído o risco de taxa de juros, câmbio e preços, sendo que as normas citadas, emanadas do Banco Central, em acordo aos princípios da Basiléia, fazem referência a gestão desses riscos.

Descrevendo comentários sobre os princípios enumerados pelo Comitê da Basiléia, FERNANDES (1999, p.39) cita que “a avaliação de risco eficaz dirige-se a riscos mensuráveis (tais como o risco de crédito, de mercado e de liquidez) e a riscos não mensuráveis (tais como o risco operacional, legal e de reputação)”.

O processo da avaliação de risco inclui também a avaliação para determinar quais são os riscos controláveis pelo banco e quais não são. Para aqueles riscos que são controláveis, o banco deve avaliar se aceita aqueles riscos ou se minimiza o risco com os procedimentos do controle. Para aqueles riscos que não podem ser controlados, o banco deve decidir-se em aceitar estes riscos, retirar-se ou reduzir o nível da atividade dos negócios preocupantes.

2.8 O NOVO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO E SUA CONTRIBUIÇÃO

A implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, faz parte do processo de globalização e modernização da economia brasileira e visa tornar mais rápidas e seguras as transferências e pagamentos entre agentes econômicos, com benefícios que refletem positivamente no dia-a-dia das empresas e das pessoas e na percepção externa do Brasil, diminuindo o risco-país.

Conforme descreve G. FERREIRA (2003, p.01) “Ao diminuir o volume de dinheiro bloqueado, com a criação da Transferência Eletrônica Disponível, - TED, as

empresas passam a ter mais liquidez disponível, bem como uma demanda maior sobre essa liquidez. Como sua liquidação é on-line, a empresa pode dispor dos recursos e utilizá-los no mesmo dia e diminuir o risco de crédito, pois são irreversíveis, diferentemente do cheque.”

O efeito do novo SPB é o de melhorar a segurança sistêmica. No sistema de compensação a cada 24 horas, no caso da quebra de uma instituição financeira é virtualmente impossível reverter todas as operações realizadas por ela, sem por em risco a solvência de outras instituições. O Banco Central corria o risco de ter que assumir prejuízos que, em última instância, seriam pagos por toda a sociedade.

Ainda segundo G. FERREIRA (2003, p.02) “No SPB, os pagamentos são um a um e condicionados à existência de fundos e garantias por parte das instituições financeiras, se um banco quebrar, deixará de operar no mesmo instante, e não imporá risco a outros bancos, ao Banco Central e, mais importante, aos poupadores, investidores e a toda a sociedade.”

O novo sistema de pagamentos incorpora o que há de mais sofisticado em tecnologia e sistemas de informática e de telecomunicações. São milhares de computadores interligados e operando com centenas de programas para trocar informações num nível de segurança máximo, o resultado é um sistema de pagamentos mais seguro, capaz de garantir maior estabilidade sistêmica.

2.9 A AUDITORIA BASEADA NO RISCO

Primeiramente faz-se necessário esclarecer a diferença existente entre auditoria baseada no risco e riscos de auditoria, uma vez que são coisas distintas e não devem ser confundidas.

Conforme L. GIL (2002, p.58) “a função auditoria é exercida, ou direcionada a fatores críticos de sucesso e a pontos de falha, mas também possui seus fatores críticos de sucesso e pontos de falha agregados”.

Auditoria baseada no risco – ABR tem o seu exame voltado para os riscos inerentes à atividade das organizações e amplia a perspectiva da auditoria interna, agregando valor à organização, por verificar a qualidade dos instrumentos utilizados para monitoração desses riscos pelos gestores.

Já o risco de auditoria pode ser definido como a possibilidade de o auditor emitir um relatório errado ou incompleto sobre a área examinada, por desconhecimento ou outros fatores, uma vez que a auditoria é realizada por amostragem e o trabalho possui limites impostos pelas restrições de tempo e de custo.

O novo Acordo da Basileia impõe às instituições financeiras a necessidade de identificar e avaliar riscos como um dos componentes do planejamento estratégico, tendo em vista os reflexos nos resultados dos Bancos.

Segundo NAMEE:

A avaliação do risco em auditoria interna identifica, mede e prioriza os riscos para possibilitar a focalização das áreas auditáveis mais significativas. (...) A avaliação do risco permite ao auditor delinear um programa de auditoria capaz de testar os controles mais importantes, ou testar os controles com maior profundidade ou mais minuciosamente.

A auditoria baseada no risco (ABR) estende e melhora o modelo de avaliação do risco alterando a perspectiva da auditoria. Em vez de olhar para o processo do negócio como algo que está dentro de um sistema de controle, o auditor interno vê-o numa envolvente de risco. É um paradigma do olhar para a frente: uma auditoria centrada sobre o risco acrescenta mais valor à organização do que uma auditoria centrada apenas sobre os controles. (NAMEE, 2002, p.01)

Para acrescentar mais valor aos clientes e à organização, os auditores internos devem passar da focalização do passado para a focalização do futuro. O

auditor deve centrar a sua atenção sobre os riscos, assim a auditoria fica apta para cobrir toda a amplitude dos aspectos que interessam à gestão.

Os controles por si mesmos não garantem necessariamente o sucesso. Os maiores bancos com centenas de controles sobre as operações têm perdido centenas de milhões por não conseguirem compreender o risco de alguns operadores não terem introduzido no sistema todos os seus compromissos e operações.

A ABR pode servir a equipes de auditoria de todas as dimensões e de todos os tipos. Mesmo onde as auditorias são obrigatórias por lei, por regulamentos ou por vontade do administrador, e podem ajudar a focalizar o âmbito da auditoria onde isso for mais necessário.

A ABR começa e acaba com a consideração dos riscos do negócio. O controle interno é uma parte importante na administração de riscos, mas não é a solução completa. A auditoria deve avaliar e recomendar o nível apropriado de controles e de outros meios para mitigar os riscos, mesmo que isso signifique indicar que alguns controles já não estão em equilíbrio com os seus riscos.

A auditoria baseada no risco deve constituir uma das aptidões de todos os auditores internos. Os processos envolvidos na utilização do novo paradigma são quase os mesmos da auditoria tradicional:

- Listar os passos do processo, as tarefas ou componentes do sistema.
- Graduar os passos do processo por ordem da sua criticidade para atingir as metas e os objetivos da unidade. Nesta fase é recomendável uma abordagem em colaboração. O responsável pelo processo é suposto ter uma melhor compreensão da importância das várias subunidades.
- Responder às seguintes perguntas sobre cada passo:
 - Qual é o risco? O que pode correr mal?
 - Quais são as atividades com risco de gestão, incluindo os controles, que mitigam o risco? (pode haver várias entradas para cada passo, tarefa ou componente.)
 - Qual é o melhor sinal de que estas técnicas de mitigação estão a trabalhar como se deseja?
 - Qual é o teste que torna visível esse sinal? (NAMEE, 2002, p.05-6)

Os passos mais cruciais para atingir o objetivo e o risco mais significativo para o processo justificam testes mais extensivos do que os passos do processo ou riscos de importância média ou abaixo da média. O auditor pode passar por alto em relação à passos menos importantes do processo ou que tenham um pequeno risco associado.

O processo de auditoria baseada no risco é mais amplo e mais rico em conteúdo informativo. Consequentemente, a gestão é mais propensa a apreciar o valor da auditoria interna quando ela é feita com base no risco.

2.10 MAPEAMENTO DE RISCO

Para efetuar o mapeamento de riscos a auditoria pode utilizar-se da matriz de risco, ferramenta que permite avaliar e mensurar riscos, muito útil para o trabalho com enfoque baseado em riscos. Existem diversos modelos de matriz de risco no mercado, tendo sido observado que não existe aquele considerado ideal, cada um é adaptado às necessidades da organização.

Esse modelo pressupõe o conhecimento dos riscos aos quais a empresa está exposta para uma atuação pró-ativa e assertiva das áreas de planejamento, gestão de riscos e auditoria.

O AUDIBRA (1992, p.190), descreve que “para reduzir os inconvenientes efeitos do subjetivismo, a Matriz de Risco é um mecanismo que permite selecionar as prioridades de auditoria de acordo com a criticidade de seus riscos”, citando que “na definição de uma matriz para ponderação dos riscos e indicação do grau de prioridade, devem ser incluídas pelo menos as seguintes variáveis e pesos (exemplos, apenas)”:

Quadro 3 - Variáveis

Variáveis	Pesos
(a) Importância Relativa / Materialidade.....	3
(a 1) Comprometimento de Capitais.....	3
(b) Vulnerabilidade.....	4
(b 1) Evidências de Problemas.....	2
(b 2) Integração com outras atividades.....	2
(c) Risco.....	3
(c 1) Segurança Empresarial.....	3
(c 2) Espaço entre auditorias.....	1
(d) Desempenho/Gestão.....	3
(d 1) Realização dos Objetivos da Empresa.....	1
(d 2) Resultado do uso do Capital.....	2
(e) Imagem.....	4
(e 1) Comprometimento da Imagem Interna e Externa.....	3
(e 2) Atendimento às exigências legais.....	1

Fonte: AUDIBRA (1992)

Cada segmento objeto de auditoria deverá pois, ser avaliado em relação a cada uma das variáveis acima, numa escala de 0 (fraco) a 5 (forte) e na avaliação, que se recomenda realizar, poderão ser levadas em conta informações objetivas, facilmente quantificáveis, e algumas de natureza intangível.

Conforme define o AUDIBRA (1992, p.190) “A prioridade é dada pela pontuação alcançada por trabalho de auditoria a ser realizado. Assim, o trabalho que obtiver maior valor, no somatório da avaliação, já ponderado, será prioritário. E assim as demais, em ordem decrescente, no entanto razões de ordem política e/ou administrativa, poderão determinar alterações na prioridade definida pela Matriz de Risco.”

É óbvio que a aceitação pelo auditor de um conceito de controle deve satisfazê-lo quanto à possibilidade desse conceito cobrir, de maneira adequada, sua responsabilidade profissional, e permitir a emissão de um parecer sobre a atividade por ele examinada.

Ainda segundo o AUDIBRA (1992, p.242), “o fato em si, requer do auditor um julgamento dos riscos que a área apresenta, que devem ser vistos, pelo menos, sob

os aspectos de (a) materialidade; (b) criticidade; (c) qualidade de estrutura de controles internos e (e) complexidade para o trabalho do auditor”.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O Trabalho foi desenvolvido com a utilização de pesquisas bibliográficas e documental, abrangendo literatura e legislação aplicável à matéria, pesquisas na *internet* e periódicos relacionados à riscos, além de estudo de caso, objetivando apresentar o mapeamento de riscos em Instituição Financeira como ferramenta indispensável à auditoria eficaz.

Alguns conceitos referentes aos tipos de pesquisa utilizados são necessários para o bom entendimento da metodologia aplicada ao trabalho.

A. C. GIL (2000, p.56) define que “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”, quanto a pesquisa documental, o mesmo autor descreve que:

A pesquisa documental apresenta alguns pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica. A diferença fundamental entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se fundamentalmente de contribuições de autores que escreveram sobre o assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Entre esses materiais estão os dados censitários, os documentos oficiais, os registros de arquivos das empresas e toda sorte de documentos pessoais.(A. C. GIL (2000, p.57)

Quanto ao estudo de caso A. C. GIL (2000, p.58) cita que “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado; tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

3.1 COLETA, ANÁLISE E FORMA DE TRATAMENTO DOS DADOS

Segundo A. C. GIL (2000, p. 127) “pode-se dizer que, em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois se vale tanto de dados de gente quanto de dados de papel. Com efeito, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos”.

Para realização deste trabalho foram coletados dados relativos à seis trabalhos de auditoria realizados nos meses de maio e junho de 2003 no Banco alvo da pesquisa, utilizando-se como instrumento de coleta de dados as informações constates na *intranet*, em programa específico, desenvolvido especificamente com o propósito de registro, acompanhamento e consolidação dos dados levantados nos trabalhos de auditorias realizados nas unidades da empresa.

Para facilitar a visualização dos dados, foram elaboradas tabelas e gráficos para as questões que mereceram maior destaque.

4 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi realizado em uma instituição financeira, cujo nome foi omitido para preservar dados e informações internas, com adoção do nome fictício Banco MSLT, que é caracterizada como Banco Múltiplo.

4.1 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Atua nas áreas relativas às carteiras de crédito imobiliário, comercial, além de prestação de serviços. Possui uma grande quantidade de produtos e clientes das

diversas classes sociais, oferece diversos produtos e serviços no mercado financeiro com agências de atendimento em todo o território nacional.

Entre as suas atividades destacamos a captação de recursos em cadernetas de poupança; depósitos a qualquer título, na forma da legislação pertinente; depósitos judiciais; serviços bancários de qualquer natureza; operações no mercado financeiro e de capitais; emissão e administração de cartões de crédito e agente financeiro em programas de habitação.

4.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi delimitado à análise de seis trabalhos de auditoria realizados no Banco MSLT, nos meses de maio e junho de 2.003, em agências distintas localizadas em cinco cidades de três Estados da Federação, esses trabalhos foram realizados como “projeto piloto” para validação e deflagração de novo programa de auditoria baseada no risco, definido no PAAAI elaborado para o ano de 2003, desenvolvido pelos auditores da empresa para aplicação em campo.

4.2.1 Objetivos do Projeto de ABR na Empresa

Segundo definido pela área de auditoria interna do Banco MSLT os objetivos do projeto de auditoria baseada no risco, elaborado pelos auditores da empresa, são:

- Aperfeiçoar a sistemática de planejamento das atividades de auditoria;
- Constituir base de dados e indicadores de performance para coleta e análise sistematizada de informações;

- Adaptar metodologia de atuação no tocante a elaboração de programas, forma de execução da auditoria e comunicação dos resultados;
- Revisar o modelo de distribuição das atividades de auditoria.

As vantagens dessa metodologia são direcionar esforços para aquelas atividades da empresa com maior nível de risco e conseqüentemente onde a atuação permitirá evidenciar a auditoria preventiva, destinar horas de trabalho para aquilo que é efetivamente relevante, focar no que está crítico e com isso ter um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, efetuando rotação de ênfase dos trabalhos de auditoria a partir dos riscos com planejamento plurianual com possibilidade de acompanhamento e correções de rota.

Segundo AUDIBRA (1992, p.190) Intervalo das Auditorias ou Rotação de Ênfase é “o tempo transcorrido desde a realização do último trabalho com o mesmo escopo”.

Pode-se definir rotação de ênfase, como a periodicidade dos trabalhos de auditoria em cada processo/unidade.

Uma das ferramentas utilizadas no processo é a matriz de prioridades, ferramenta de suporte da metodologia de auditoria com base em riscos, definida no PAAAI da empresa como subsidiária de planejamento, que identifica as macroatividades da empresa e as classifica em ordem de prioridade, considerando os valores, notas, pesos e indicadores obtidos para os componentes de relevância, materialidade, avaliação de riscos e controle internos, histórico de auditoria (criticidade) e normatização, conforme modelo apresentado na matriz de prioridades (Anexo 2).

Além da matriz de prioridades citada, a auditoria do Banco MSLT utiliza-se da matriz de unidades, ferramenta subsidiária de planejamento operacional de

auditoria, que identifica as unidades de rede e as classifica em ordem de prioridade considerando valores, notas, pesos e indicadores obtidos para os seguintes componentes: relevância, materialidade, criticidade pretérita (histórico de auditoria), resultado dos indicadores de vulnerabilidade, além de outros fatores de avaliação da auditoria, considerando as características da entidade, seguindo modelo similar ao da matriz de prioridades.

A definição atribuída para cada um dos componentes é:

- Materialidade – magnitude do valor ou do volume de recursos envolvidos, isoladamente ou em determinado contexto;
- Relevância – grau de importância de determinado item em relação ao todo;
- Criticidade Pretérita – as fraudes ou erros de situações passadas, inclusive as recomendações do controle interno e as determinações do Tribunal de Contas da União pendentes de implementação; e
- Vulnerabilidade – qualidade dos aspectos de controle interno do ambiente.

Os indicadores de vulnerabilidade são descritos pela instituição como indicadores de exceção definidos a partir da identificação das ocorrências e obtidos pela análise e construção de filtros sobre as bases dos sistemas informatizados que registram as operações.

Após identificadas as macroatividades da empresa e classificadas em ordem de prioridade através da matriz de prioridades, efetua-se a identificação das unidades prioritárias, segundo os parâmetros da matriz de unidades, e são definidas as atividades e unidades prioritárias, segundo a metodologia da auditoria baseada no risco, inicia-se a preparação dos testes de auditoria à serem aplicados.

4.2.2 Modelo de ABR definido pela Auditoria Interna

O programa elaborado pela Auditoria Interna do Banco MSLT, que doravante chamaremos de Auditoria de Unidades, foi desenvolvido com o objetivo de permitir a realização de trabalhos de auditoria em Agências.

Conforme definido no próprio programa o objetivo perseguido é o de aliar modernas ferramentas de trabalho, que facilitem a execução dos testes e a consolidação das informações, com uma atuação mais abrangente e aprofundada da auditoria, no sentido de avaliar a qualidade dos trabalhos executados pela unidade sob os diversos prismas que compõem a gestão.

Quanto à filosofia do trabalho, o objetivo é que o sistema apenas forneça subsídios que norteiem e facilitem a realização dos exames, e que, o nível de profundidade, a abrangência das análises, além das conclusões acerca da regularidade dos procedimentos, sejam prerrogativas dos auditores envolvidos no trabalho.

Para o desenvolvimento dos testes, foram levados em consideração os princípios da Auditoria Baseada em Riscos, itens relevantes obtidos nos diversos programas de trabalho já realizados, resultados de auditorias anteriores e sugestões encaminhadas pelo grupo de auditores.

O conceito final de cada teste, em função das respostas atribuídas para os quesitos analisados, segundo o nível de risco identificado para os fatos observados, segue a seguinte definição:

- **Risco Extremo** - Resultado atribuído quando identificadas inconformidades de alta relevância, envolvendo elevados prejuízos financeiros, econômicos

ou institucionais, iminentes ou já configurados, ou ainda evidências de práticas dolosas;

- Risco Alto - Resultado atribuído quando identificadas inconformidades de maior relevância, com riscos significativos de prejuízos financeiros, econômicos ou institucionais, que podem impactar de forma considerável o desempenho da unidade;
- Risco Moderado - Resultado atribuído quando identificadas inconformidades de relevância média, com razoável probabilidade de resultar em prejuízos financeiros, econômicos ou institucionais, que não impactem significativamente o desempenho;
- Risco Baixo - Resultado atribuído quando identificadas inconformidades de menor relevância, com pouca possibilidade de resultar em prejuízo de qualquer espécie;
- Conforme - Resultado atribuído quando não for detectada inconformidade; e
- Não se Aplica - Quando o teste não for aplicável.

O cálculo do desempenho, é o resultado de testes de auditoria, divididos em seis grupos definidos como: Controles, Estratégico, Gestão, Fundos, Negócios e Outras Constatações (apuração de fraudes, denúncias e demandas específicas), que considera a resposta fornecida e o peso atribuído para cada teste apresentado, que varia de 1 a 5, utilizando os seguintes critérios:

- Resposta = Risco Extremo: apresenta fator multiplicador igual a 4;
- Resposta = Risco Alto: apresenta fator multiplicador igual a 3;
- Resposta = Risco Moderado: apresenta fator multiplicador igual a 2;
- Resposta = Risco Baixo: apresenta fator multiplicador igual a 1;
- Resposta = Conforme: apresenta fator multiplicador igual a 0;

- Resposta = Não Se Aplica: não apresenta fator multiplicador.

Cada grupo de testes apresenta uma pontuação máxima de risco, definida como sendo o total de pontos atingido se todas os testes fossem respondidos com “Risco Extremo”. Os testes que tiverem resposta “Não se Aplica”, não são considerados para compor a pontuação máxima do respectivo grupo de testes.

Definida a pontuação máxima de cada grupo, o sistema calcula o total de pontos obtidos para o grupo com base nas respostas informadas pelo Auditor. A razão entre os pontos obtidos e a pontuação máxima resulta em um percentual de desempenho a partir do qual é atribuído o conceito para o grupo com base nos seguintes critérios:

- Se a pontuação total dos riscos da unidade for superior a 60%, sugere-se o enquadramento com Risco Extremo;
- Se a pontuação total dos riscos da unidade for superior a 30% e igual ou inferior a 60%, sugere-se o enquadramento com Risco Alto;
- Se a pontuação total dos riscos da unidade for superior a 15% e igual ou inferior a 30%, sugere-se o enquadramento com Risco Moderado;
- Se a pontuação total dos riscos da unidade for igual ou inferior a 15%, sugere-se o enquadramento com Risco Baixo.

A relação apresentada pelo sistema para cada unidade, exhibe os resultados obtidos para a unidade, com as informações de: grau de risco, percentual de risco e razão entre o grau de risco obtido e o grau de risco máximo.

O quadro abaixo exemplifica a metodologia de cálculo para um grupo hipotético com total de 06 testes:

Quadro 4 – Risco Calculado

Teste	Peso	Risco Máximo	Resposta	Risco Calculado
01	-	-	Não se aplica	-
02	1	$1 \times 4 = 4$	Conforme (0)	$1 \times 0 = 0$
03	2	$2 \times 4 = 8$	Baixo (1)	$2 \times 1 = 2$
04	1	$1 \times 4 = 4$	Moderado (2)	$1 \times 2 = 2$
05	3	$3 \times 4 = 12$	Alto (3)	$3 \times 3 = 9$
06	1	$1 \times 4 = 4$	Extremo (4)	$1 \times 4 = 4$
Total	8	$8 \times 4 = 32$	---	17

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com informações do Programa de Auditoria do Banco MSLT

No exemplo, o cálculo do risco foi de 17(dezessete) pontos e o risco máximo é de 32(trinta e dois), a razão do risco calculado para a unidade corresponde a $17/32$, igual ao percentual de risco de 53,12%, indicando grau de Risco Alto.

O resultado sugerido em cada grupo de testes é útil para que o Auditor tenha subsídios suficientes para elaboração do Relatório de Auditoria e também quando se deseja consolidar as informações relativas a diversas auditorias.

Essa consolidação é especialmente importante quando se deseja levar aos gestores dos diversos produtos e serviços, informações acerca da sua operacionalização pela rede de unidades e quando se deseja levar à área de rede uma visão macro do desempenho das unidades por grupo de testes.

4.2.3 Análise do Resultado das Auditorias

A análise foi efetuada para os resultados obtidos nos trabalhos de auditoria realizados nas seis agências que compõem o que denomina-se de “projeto piloto” da auditoria baseada no risco, designadas para efeito de nosso estudo em unidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

O trabalho de auditoria nas unidades foi segmentado em seis grupos de testes, conforme anteriormente mencionado, no entanto, somente quatro foram aplicados nessa etapa do projeto.

O resultado consolidado para cada um desses grupos em cada uma das unidades auditadas é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 5 – Resultado Auditorias

ABR		GRUPOS DE TESTES				
Unidade		Controles	Gestão	Negócios	Fundos	Resultado Final
A	Razão	(43/136)	(9/68)	(52/136)	(10/44)	(114/384)
	Percentual de Risco	32%	13%	38%	23%	30%
	Grau de risco	Alto	Baixo	Alto	Moderado	Moderado
B	Razão	(35/120)	(24/68)	(68/140)	(12/40)	(139/368)
	Percentual de Risco	29%	35%	49%	30%	38%
	Grau de risco	Moderado	Alto	Alto	Moderado	Alto
C	Razão	(37/128)	(8/68)	(46/152)	(16/44)	(107/392)
	Percentual de Risco	29%	12%	30%	36%	27%
	Grau de risco	Moderado	Baixo	Moderado	Alto	Moderado
D	Razão	(48/136)	(16/68)	(42/132)	(6/48)	(112/384)
	Percentual de Risco	35%	24%	32%	12%	29%
	Grau de risco	Alto	Moderado	Alto	Baixo	Moderado
E	Razão	(38/140)	(11/56)	(46/140)	(14/44)	(109/380)
	Percentual de Risco	27%	20%	33%	32%	29%
	Grau de risco	Moderado	Moderado	Alto	Alto	Moderado
F	Razão	(47/136)	(10/68)	(40/124)	(10/44)	(107/372)
	Percentual de Risco	35%	15%	32%	23%	29%
	Grau de risco	Alto	Baixo	Alto	Moderado	Moderado

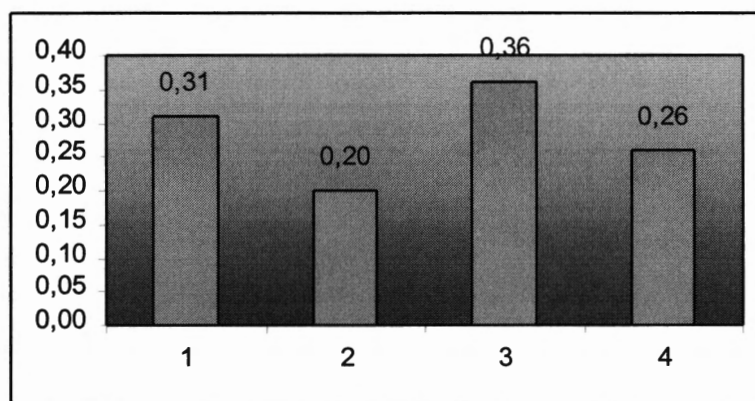
Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das informações da consolidação dos trabalhos da Auditoria Interna do Banco MSLT

Ressalte-se que o enquadramento do grau de risco é sugerido em função do percentual de risco calculado, conforme já mencionado anteriormente.

Observa-se que os grupos “Controles” e “Negócios” receberam mais avaliações de grau de risco “Alto” que os demais, sendo respectivamente três e cinco incidências, e nenhuma indicação de grau de risco “Baixo”. Nos demais grupos há maior incidência de graus de risco “Moderado” e “Baixo”. Não houve nenhuma indicação de grau de risco “Extremo” na consolidação dos trabalhos.

Na divisão do total de pontos obtidos por cada grupo, pela soma da pontuação máxima que poderia ser obtida, considerando o somatório de todas as unidades, obteve-se o resultado de percentuais de risco 31%, 20%, 36% e 26%, respectivamente, para “Controles” (248/796), “Gestão” (78/396), “Negócios” (294/824) e “Fundos” (68/264), novamente confirmando a tendência de concentração de risco Alto (mais de 30%) em dois grupos, “Controles” e “Negócios”, o que está representado graficamente abaixo.

Figura 1 - Representação gráfica do percentual de risco obtido no somatório das unidades por grupos



Legenda:
1 – Controles
2 – Gestão
3 – Negócios
4 – Fundos

Devido a extensão dos trabalhos de auditoria realizados e a quantidade de informações a serem tratadas, será efetuada doravante a análise dos dois grupos de testes com indicação de grau de risco “Alto” na consolidação de respostas efetuada conforme demonstrado na figura 1, com foco da análise para os grupos de testes “Controles” e “Negócios”.

Os testes que compõem os grupos escolhidos para análise, em número de 18 e 19, respectivamente para “Controles” e “Negócios”, estão descritas nos Itens para Exame (Anexo 3).

Os pesos atribuídos a cada um dos testes foram omitidos para preservar informações restritas à empresa.

As respostas atribuídas pelos auditores, para cada questão analisada, com a atribuição do nível de risco verificado, estão consolidadas nos anexos 04 – Grau de Risco Atribuído para Testes do Grupo Controles por Unidade e 05 - Grau de Risco Atribuído para Testes do Grupo Negócios por Unidade.

O cálculo do desempenho final por grupo e por unidade é efetuado pelo sistema que considera a resposta fornecida e o peso atribuído para cada teste apresentado, sendo que a razão entre os pontos obtidos e a pontuação máxima resulta em um percentual de desempenho a partir do qual é atribuído o conceito.

O quadro abaixo indica o resultado da consolidação das respostas, constantes nos anexos 4 e 5, atribuídas pelos auditores, para os quesitos analisados nesses dois grupos, segundo o nível de risco identificado, definição já mencionada.

Quadro 6 – Consolidação por Grau de Risco Atribuído

Unidade – Grupo		Grau de Risco											
		Risco Extremo		Risco Alto		Risco Moderado		Risco Baixo		Conforme		Não se aplica	
		%	qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde
A	Controles	0%	0	0%	0	33%	6	33%	6	28%	5	6%	1
	Negócios	0%	0	5%	1	37%	7	16%	3	21%	4	21%	4
B	Controles	0%	0	6%	1	6%	1	50%	9	17%	3	22%	4
	Negócios	0%	0	26%	5	32%	6	5%	1	16%	3	21%	4
C	Controles	0%	0	6%	1	22%	4	17%	3	44%	8	11%	2
	Negócios	0%	0	21%	4	16%	3	11%	2	42%	8	11%	2
D	Controles	0%	0	6%	1	39%	7	22%	4	28%	5	6%	1
	Negócios	0%	0	0%	0	37%	7	21%	4	16%	3	26%	5
E	Controles	0%	0	6%	1	28%	5	22%	4	39%	7	6%	1
	Negócios	0%	0	16%	3	32%	6	0%	0	32%	6	21%	4
F	Controles	0%	0	17%	3	33%	6	0%	0	44%	8	6%	1
	Negócios	0%	0	16%	3	21%	4	0%	0	37%	7	26%	5

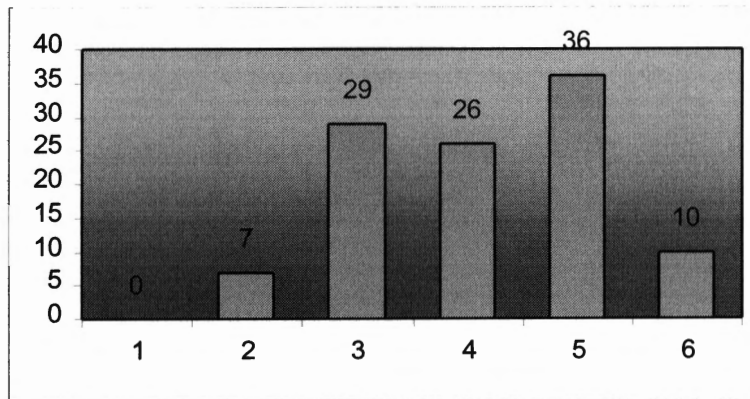
Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das informações da consolidação dos trabalhos da Auditoria Interna do Banco MSLT

O número total de questões em cada grupo multiplicado por seis - número de unidades auditadas - totaliza 108 e 114 testes, respectivamente, para “Controles” e “Negócios”, que podemos agrupar, segundo o grau de risco atribuído, da seguinte forma:

a) CONTROLES

- 1 - Risco Extremo – 0 respostas
- 2 - Risco Alto – 07 repostas
- 3 - Risco Moderado – 29 respostas
- 4 - Risco Baixo – 26 respostas
- 5 - Conforme – 36 respostas
- 6 - Não se aplica – 10 respostas

Figura 2 - Representação gráfica da consolidação das repostas do grupo “Controles” por grau de risco.



Legenda

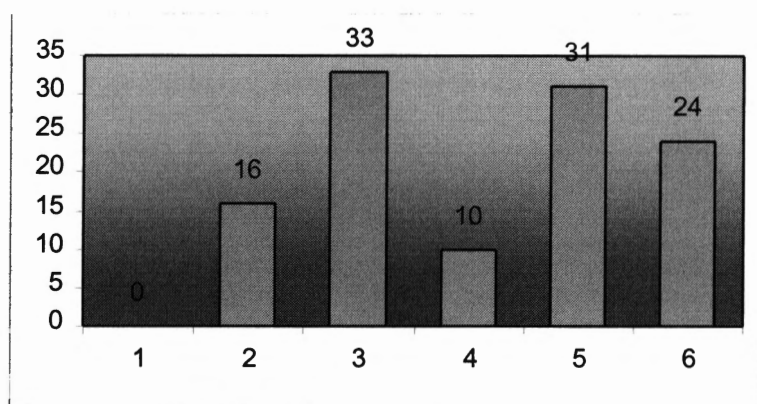
- 1 – Risco Extremo
- 2 – Risco Alto
- 3 – Risco Moderado
- 4 – Risco Baixo
- 5 – Conforme
- 6 – Não se Aplica

NEGÓCIOS

- 1 - Risco Extremo – 0 respostas

- 2 - Risco Alto – 16 repostas
- 3 - Risco Moderado – 33 repostas
- 4 - Risco Baixo – 10 repostas
- 5 - Conforme – 31 repostas
- 6 - Não se aplica – 24 repostas

Figura 3 - Representação gráfica da consolidação das repostas do grupo “Negócios” por grau de risco.



Legenda

- 1 - Risco Extremo
- 2 - Risco Alto
- 3 - Risco Moderado
- 4 - Risco Baixo
- 5 - Conforme
- 6 - Não se Aplica

4.2.4 Consolidação de Informações

Na análise das informações obtidas após a realização dos trabalhos de auditoria baseada no risco, no Banco MSLT e consolidação efetuada, constata-se a concentração de riscos de grau Moderado e Alto nas áreas de negócios e controles da Instituição Financeira em estudo.

Na análise dos itens ou questões constantes no anexo 3 – Itens para Exame e resultados consolidados apresentados, verifica-se em cada um dos dois grupos, as que mais influenciaram no resultado individual do grupo e consequentemente no

resultado final do trabalho de auditoria nas unidades, algumas se sobressaem na pontuação devido a maior indicação de graus de risco Moderado ou Alto, ou ainda em função do peso que lhes é atribuído.

Pode-se afirmar, da análise efetuada, que os itens que mais influenciaram o resultado atribuído as unidades e portanto onde há maiores riscos para a Instituição são, quanto ao grupo de “Controles”, as divergências nos controles de valores e garantias em poder ou sob responsabilidade das unidades; a falta de observância aos limites estabelecidos no regime de alçadas para concessão de empréstimos e financiamentos; os estornos de excessos sobre o limite e adiantamento a depositantes, efetuados em desconformidade com as normas internas; a falta de observância aos controles operacionais previstos para as operações com garantia real; as isenções indevidas de tributos, tais como IOF e CPMF e a falta de controle efetivo sobre o cadastramento e manutenção de usuários e do nível de acesso aos sistemas.

No tocante ao grupo de “Negócios” observa-se concentração de riscos Moderado e Alto, e portanto maior peso no resultado, nos itens relativos aos empréstimos comerciais, pela falta de respaldo na análise de risco de crédito com cadastramento inadequado e/ou ausência de documentação comprobatória fidedigna; a inobservância dos parâmetros operacionais definidos para as operações do programa de geração de emprego e renda; aos créditos rotativos com redução de juros não respaldados em caução de títulos, depósitos ou aplicações financeiras; a falta de adoção de providências de cobrança dos créditos comerciais estabelecidas em normas internas; a inobservância dos pré-requisitos necessários à concessão dos cartões de crédito e inadequações na operacionalização das aplicações nos Fundos de Investimento e Letras Hipotecárias.

Conforme classificação do Banco MSLT e definições de tipos de riscos citadas em capítulo anterior, os fatos descritos acima, incorrem nos seguintes riscos:

- as deficiências nos procedimentos de concessão e manutenção de créditos, valores e garantias, bem como inobservância aos limites estabelecidos no regime de alçadas para concessão de créditos, implicam riscos de conformidade, de crédito e operacionais e podem resultar em prejuízos financeiros para o Banco, decorrentes da fragilização das garantias e impossibilidade de cobrança judicial em caso de inadimplência;
- a intempestividade na adoção de procedimentos de cobrança de dívidas pode comprometer o retorno dos valores emprestados e resultar em prejuízos financeiros para o Banco e para os empregados concessionários, implicando em riscos de conformidade, de crédito e de operações;
- os estornos de excessos sobre o limite e adiantamento a depositantes, efetuados de forma irregular, e as isenções indevidas de tributos, assim como a falta de controle efetivo sobre o cadastramento e manutenção de usuários, incorrem em riscos de conformidade, de imagem e operacionais pelo não cumprimento de preceitos normativo e falha nos controles internos, que podem resultar em prejuízos financeiros pelo descumprimento da legislação;
- a inobservância dos parâmetros operacionais definidos para as operações do programa de geração de emprego e renda além de risco de conformidade e operações, pode incorrer em risco de imagem ou reputação, e operacional, pela inobservância de normas internas e legislação;

- os créditos rotativos com redução de juros, não respaldada em caução de títulos, recebíveis, depósitos ou aplicações financeiras, sujeitam a instituição aos riscos de conformidade, operacional e risco de taxa de juros, com a possibilidade de prejuízos financeiros à instituição; e
- as inadequações na operacionalização das aplicações nos Fundos de Investimento e Letras Hipotecárias incorrem em risco de mercado e operações.

Deve-se ressaltar a importância do projeto de auditoria baseada no risco, desenvolvido no Banco MSLT, que possibilita a identificação das áreas e unidades prioritárias através das Matrizes de Prioridade e Unidade e do programa Auditoria de Unidades que contempla em apenas um trabalho a análise de todos os processos operacionalizados pelas agências da instituição bancária.

Através do conhecimento do grau de risco envolvido em cada atividade, a Auditoria Interna do Banco MSLT emite Relatório de Auditoria - RA para as unidades e respectivos gestores diretamente superiores, relatando as constatações que implicam maiores riscos encontradas nos processos sob a responsabilidade das unidades e recomenda ações para melhorias.

No entanto o programa prevê outras formas de consolidação de trabalhos, que além do resultado por unidades, pode ser efetuado para grupos de testes ou mesmo por gestor de determinado processo específico, fato que agrega valor ao trabalho de auditoria como subsídio para a gestão no planejamento estratégico e correção de falhas existentes no processo de controle interno.

5 CONCLUSÃO

Os bancos, como qualquer outro negócio, correm riscos em suas atividades empresariais e a auditoria, como parte do sistema de controle interno, deve reconhecer e avaliar todos os riscos enfrentados pelos bancos. A metodologia de auditoria baseada no risco propõe-se a identificar esses riscos e recomendar ações que visam corrigir os controles para reduzir a possibilidade do risco e assegurar a continuidade dos negócios da instituição.

O processo de gestão de riscos não visa eliminá-los definitivamente, uma vez que esta é uma missão impossível, mas sim controlá-los. Ora esse controle só será eficiente se a identificação e a avaliação dos riscos forem bem feitas. Para que a avaliação de riscos seja eficiente, ela deve identificar e levar em consideração todos os fatores que possam afetar negativamente o atendimento dos objetivos do banco.

O trabalho elaborado, apresenta o mapeamento de riscos como ferramenta para auditoria eficaz, descrevendo os principais riscos envolvidos na atividade bancária e a metodologia da auditoria baseada no risco como forma de trabalho da auditoria interna.

No entanto, propõe apenas uma reflexão sobre o assunto, não há pretensão do autor de tentar esgotar o assunto, o que seria impossível tendo em vista a diversidade de riscos existentes no mercado financeiro e as características próprias de cada instituição participante do Sistema Financeiro Nacional.

A consolidação dos resultados dos trabalhos de auditoria realizados nas unidades do Banco MSLT efetuada, ratifica a importância da metodologia de trabalho elaborada com base em riscos, que agrega valor ao processo de auditoria quando quebra o paradigma do foco em situações do passado e volta-se para processos e unidades prioritários.

As ferramentas utilizadas para definição de prioridades e unidades são as matrizes, que consideram além da criticidade pretérita, fatores como materialidade, relevância e vulnerabilidade, focando aqui a qualidade dos aspectos de controle interno do ambiente.

O resultado da consolidação dos trabalhos realizados, efetuada no estudo de caso, demonstra a concentração de níveis elevados de risco em determinados processos da instituição, em especial quanto aos itens controles e negócios, devido ao não cumprimento das normas internas pertinentes, situações que expõem o Banco ao risco, especialmente quanto aos riscos de conformidade, de crédito, operacional, de imagem ou reputação, de taxa de juros e de mercado.

Entre as irregularidades identificadas com maior incidência de grau de risco moderado e alto, vinculadas aos controles e negócios da instituição, destacamos as deficiências nos procedimentos de concessão e manutenção de créditos, valores e garantias; inobservância aos limites estabelecidos no regime de alçadas para concessão de créditos; falta de tempestividade no procedimentos de cobrança de dívidas; estornos de excessos sobre o limite e adiantamento a depositantes efetuados em desacordo com as normas internas; isenções indevidas de tributos; redução de juros não respaldadas em caução de valores e inadequações na operacionalização das aplicações nos Fundos de Investimento.

A avaliação de risco deve ser conduzida no nível apropriado de negócios e através de uma visão abrangente das atividades do banco de forma individual e também consolidada. Dessa forma, ficou bem clara que para uma supervisão bancária eficiente torna-se imprescindível que o banco mantenham-se estruturado com controles internos adequados, no tocante à administração dos riscos.

O Brasil é signatário do Acordo da Basiléia desde 1988, acordo cujas regras fundamentais recaem no estabelecimento de padrões mínimos de capital e patrimônio líquido em função do nível de risco das operações ativas, que tem como objetivo minimizar riscos nas atividades bancárias e proporcionar maior garantia de solvência e liquidez para o sistema financeiro.

Os princípios de controles internos recomendados pelo Comitê da Basiléia foram adaptados pelo Conselho Monetário Nacional, que emitiu em 24 de setembro de 1998, a Resolução de nº 2.554, que fixa regras para a implantação de um sistema adequado de controles internos e descreve a auditoria interna como parte desse sistema.

O Banco MSLT cumpre as determinações, quando dispõe de sistema de controle interno e de área de auditoria interna como parte desse sistema, avaliando os processos e sugerindo correções, especialmente com a mudança de metodologia, e utilização da auditoria baseada no risco, efetuando o mapeamento do risco e apontando a concentração deste em determinados processos, agregando valor ao resultado do trabalho apresentado ao gestor.

No entanto, independentemente de qualquer acordo, bancos seguros são bancos melhores para o sistema e possuem controles mais eficientes sobre seus capitais, pois buscam maximizar o retorno para o acionista dentro de parâmetros legais, exigência imposta pela competitividade em um mercado globalizado, cada vez mais exigente.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996, 417 p.

ANDRADE, Armando. **Eficácia, eficiência e economicidade: como atingi-las através de adequados sistemas de controles internos**. São Paulo: A. Andrade, 1999, 135 p.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à Auditoria**. Salvador : EGBA, 1.998.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à Auditoria Operacional**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, 140p.

ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998, 476 p.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 1987, 302 p.

AUDIBRA, Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Procedimentos de auditoria interna, organização básica da Auditoria Interna**. 2ª ed. São Paulo: AUDIBRA: 1992, 392 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Financeiro Nacional**. Dispõe sobre a estrutura do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=859&codP=106&idioma=P>. Acesso em 07/06/2003 17h28min.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos Deuses: A fascinante História do Risco**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, 389 p.

BOUZAS, José Luis Piñeiro. **13 Princípios para a avaliação de sistemas de controles internos – Comitê da Basileia**. Disponível em <http://www.bouzas.com.br/>. Acesso em 25/03/2003 17h30min.

BOSQUIROLI, Giovana. **Apostila Do Curso de Especialização em Auditoria Integral** CEA 2001/02 UFPR - módulo Componente da Qualidade na Empresa ISO 9000 e ISO 14000. Curitiba: 2002, 143p.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora FTD : LISA, 1996, 703p.

CARVALHO, Dermeval Bicalho; MELO, Marcos Roberto de; MIURA, Roberto Yoschio. **PROJETO: “Modelo de Mensuração do Risco Operacional”**. Brasília: FGV, 2001, 159p.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução 2554**. 24 de novembro de 1998. Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 03.03.03, às 22h40min.

COOK, John William. **Auditoria: filosofia e técnica**. São Paulo: Saraiva, 1979, 451p.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000, 477p.

FERNANDES, Alexandre Dias. **Sistema de Controles Internos para Instituições Financeiras Segundo o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia: Avaliação Crítica e Aplicabilidade no Brasil**. Brasília: Monografia UNB, 1999, 92p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1838p.

FERREIRA, Gabriel Jorge. **O que muda com o novo sistema de pagamentos brasileiro**. Disponível em <http://www.auditoriainterna.com.br>. Acesso em 24.02.02, às 21h15min.

FRANCO, Hilário. **Auditoria Contábil**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000, 597p.

FREITAS, Newton. **Gestão de Risco**. Disponível em <http://www.abance.com.br/fevereiro2001/editorial.html>. Acesso em 23.02.02, às 23h10min.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991, 160p.

GIL, Antonio de Loureiro. **Auditoria da Qualidade Auditoria, Qualidade e Fraudes – Novos Desafios**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999, 278p.

GIL, Antonio de Loureiro. **Auditoria de Negócios Auditoria Governamental – Contingências Versus Qualidade**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002, 288p.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Harbra, 1997, 841p.

LUDWIG, Eugene A. A natureza variável dos riscos no século XXI. **Revista Tecnologia de Crédito**, v.3: n.16, jan. 2000.

NAMEE, David Mc. **Auditoria Baseada no Risco**. Disponível em <http://www.auditoriainterna.com.br/abr.htm>. Acesso em 15.05/02 às 17h45min.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas: Controladoria Governamental – Em Busca do Atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Curitiba: Juruá, 2002, 252p.

PRACTICE Consultores. **Os Princípios Essenciais da Basileia**. Disponível em <http://www.practiceconsultores.com.br/basilei/bas.htm>. Última atualização em 13.02.01 15h.15min. Acesso em 25/03/2003 17:45 hs.

SABBAG, Paulo Yazigi. A gestão do risco em empreendimentos. **R A E LIGHT**, v.6, n.2, p. 2-9, Abr/Jun.1999.

SACCONI, Luiz Antonio. **Minidicionário Sacconi da Língua Portuguesa**. São Paulo: Atual, 1998, 686 p.

SAUNDERS, Anthony. **Administração de Instituições Financeiras**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas S/A, 2000, 663 p.

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

THOMPSON, Peter, Perry, John. **Engineering construction risks**. London, Thomas Telford, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1 - RESOLUÇÃO Nº 2554

Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º. da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24.09.98, tendo em vista o disposto no art. 4., inciso VIII, da referida Lei, nos arts. 9. e 10 da Lei nº 4.728, de 14.07.65, e na Lei n. 6.099, de 12.09.74, com as alterações introduzidas pela Lei n. 7.132, de 26.10.83,

RESOLVEU

Art. 1. Determinar às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

Parágrafo 1. Os controles internos, independentemente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por ela realizadas.

Parágrafo 2º . São de responsabilidade da diretoria da instituição:

I - a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócios da instituição;

II - o estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes aos mesmos; a verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos definidos em função do disposto no inciso II.

Art. 2. Os controles internos, cujas disposições devem ser acessíveis a todos os

funcionários da instituição de forma a assegurar sejam conhecidas a respectiva função no processo e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização, devem prever:

I - a definição de responsabilidades dentro da instituição;

II - a segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição de forma a que seja evitado o conflito de interesses, bem como meios de minimizar e monitorar adequadamente áreas identificadas como de potencial conflito da espécie;

III - meios de identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição;

IV - a existência de canais de comunicação que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a confiáveis, tempestivas e compreensíveis informações consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades;

V - a continua avaliação dos diversos riscos associados as atividades da instituição;

VI - o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos;

VII - a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

Parágrafo 1º Os controles internos devem ser periodicamente revisados e atualizados, de forma a que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a riscos novos ou anteriormente não abordados.

Parágrafo 2º A atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos.

Parágrafo 3º A atividade de que trata o parágrafo 2º, quando não executada por unidade específica da própria instituição ou de instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro, poderá ser exercida:

I - por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde que não aquele responsável pela auditoria das demonstrações financeiras;

II - pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que filiada à instituição;

III - por auditoria de entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, mediante convênio, previamente aprovado por este, firmado entre a entidade a que filiada a instituição a e entidade prestadora do serviço.

Parágrafo 4º No caso de a atividade de auditoria interna ser exercida por unidade própria, deverá essa estar diretamente subordinada ao conselho de administração ou, na falta desse, à diretoria da instituição.

Parágrafo 5º No caso de a atividade de auditoria interna ser exercida segundo uma das faculdades estabelecidas no parágrafo 3º, deverá o responsável por sua execução reportar-se diretamente ao conselho de administração ou, na falta desse, a diretoria da instituição.

Parágrafo 6º As faculdades estabelecidas no parágrafo 3º, incisos II e III, somente poderão ser exercidas por cooperativas de crédito e por sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários não integrantes de conglomerados financeiros.

Art. 3º O acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos deve ser objeto de relatórios, no mínimo semestrais, contendo:

I - as conclusões dos exames efetuados;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações e manifestação referidas nos incisos I, II e III deste artigo:

I - devem ser submetidas ao conselho de administração ou, na falta desse, a diretoria, bem como a auditoria externa da instituição;

II - devem permanecer a disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 4º. Incumbe a diretoria da instituição, além das responsabilidades enumeradas no art. 1º., Parágrafo 2º, a promoção de elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os funcionários, a importância dos controles internos e o papel de cada um no processo.

Art. 5. O sistema de controles internos deverá estar implementado até 31.12.99, com a observância do seguinte cronograma:

I - definição das estruturas internas que tornarão efetivos a implantação e o acompanhamento correspondentes - até 31.01.99;

II - definição e disponibilização dos procedimentos pertinentes - até 30.06.99.

Parágrafo Único. A auditoria externa da instituição deve fazer menção específica, em seus pareceres, a observância do cronograma estabelecido neste artigo.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I - determinar a adoção de controles adicionais nos casos em que constatada inadequação dos controles implementados pela instituição;

II - imputar limites operacionais mais restritivos a instituição que deixe de observar determinação nos termos do inciso I no prazo para tanto estabelecido;

III - baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias a execução do disposto nesta Resolução, incluindo a alteração do cronograma referido no art. 5º

Art. 7. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de setembro de 1998.

Gustavo H. B. Franco
Presidente

ANEXO 2 – MATRIZ DE PRIORIDADES

Matriz de Prioridades		Componentes					Exercício
Atividade		Relevância	Materialidade	Avaliação de Risco	Histórico Auditoria	Normativos	Prioridade
1	Operações com mercado	Peso 5	Peso 4	Peso 5	Peso 3	Peso 2	
2	Depósitos com correção monetária						
3	Finanças						
4	Recursos Tecnológicos						
5	Serviços Bancários						
6	Crédito Imobiliário						
7	Gestão da Rede de Agências						
8	Créditos Comerciais						
9	Créditos de Terceiros						
10	Controle e gestão de Riscos						

- Foram identificadas 33 macro atividades na empresa, na matriz acima exemplificamos 10 delas;
- Todos os indicadores são pontuados com notas de 1 a 5, diferenciando-se pelos pesos atribuídos;
- A ordem de prioridade é definida pela nota ponderada obtida nos 5 indicadores. Quanto maior a nota melhor o conceito e menor a prioridade para a auditoria.

ANEXO 3 - ITENS PARA EXAMES

Grupo: CONTROLES

- 1) Teste 1 - Controles de Valores e Garantias: Conferir se são corretamente administrados os bens e valores de propriedade da empresa e de terceiros, em custódia, garantia e cobrança, e que estão em poder ou sob responsabilidade da unidade.
- 2) Teste 2 - Regime de Alçadas: Confirmar se são observados os limites estabelecidos no Regime de Alçadas na concessão de empréstimos e financiamentos.
- 3) Teste 3 - Apurações de Responsabilidade: Verificar se a unidade adota tempestivamente os procedimentos previstos para a regularização de lançamentos em subcontas de apuração de responsabilidade, roubos, faltas de caixa, dentre outras do grupo de Devedores Diversos, e se suas ações são eficazes no sentido de inibir novas ocorrências.
- 4) Teste 4 - Estornos de Excessos sobre Limite e Adiantamentos a Depositantes: Verificar se os estornos de excessos sobre o limite e/ou adiantamento a depositantes, bem como as baixas e liquidações, vêm sendo efetuadas de forma regular, devidamente justificadas, sem caracterizar artifício para sanar as pendências.

- 5) Teste 5 - Débitos de Responsabilidade Gerencial: Verificar se os valores de excessos sobre o limite e/ou adiantamento a depositantes lançados em Crédito em atraso e Crédito em liquidação restringem-se aos decorrentes de débitos sem responsabilidade gerencial.
- 6) Teste 6 - Empréstimos sob Garantia Real - Controles Operacionais: Verificar se os controles operacionais previstos para as operações são corretamente executados.
- 7) Teste 7 - Empréstimos sob Garantia Real - Verificar se é corretamente operacionalizado o pagamento de saldos à restituir.
- 8) Teste 8 - Isenções de Tributos: Confirmar se as marcações para isenção de Imposto de Renda, IOF e CPMF são efetuadas em conformidade com o parecer técnico da gerência de tributos e se os débitos sem a cobrança de CPMF estão restritos aos casos de não incidência previstos nas normas.
- 9) Teste 9 - Rotinas de Acertos Operacionais : Avaliar se as rotinas operacionais da unidade são eficazes no sentido de proporcionar tratamento de documentos e dados de forma tempestiva e confiável.
- 10) Teste 10 - Conformidade e Transações Monitoradas: Comprovar o adequado e tempestivo tratamento dado pela unidade às ocorrências apontadas nos sistemas corporativos.

- 11) Teste 11 - Correspondentes: Analisar se as contas estão sendo adequadamente movimentadas.
- 12) Teste 12 - Cheque Administrativo: Avaliar a adequação do controle sobre a conta de Cheque Administrativo.
- 13) Teste 13 - Pronto Pagamento: Averiguar se é adequado o controle sobre a conta de Pronto Pagamento.
- 14) Teste 14 - Segurança do Patrimônio: Avaliar se a unidade atende aos requisitos estabelecidos pela empresa destinados à proteção do patrimônio.
- 15) Teste 15 - Contas vinculadas: Averiguar se as contas de depósitos vinculadas estão sendo adequadamente movimentadas.
- 16) Teste 16 - Contas atípicas: Identificar a existência de contas com características atípicas e avaliar a adequação dos controles adotados.
- 17) Teste 17 - Compartilhamento de pastas: Verificar se existe controle sobre o compartilhamento de pastas em estações de trabalho e servidores de forma a evitar o acesso indevido as informações.
- 18) Teste 18 - Acesso aos sistemas: Avaliar se existe controle sobre o cadastramento e manutenção de usuários, bem como sobre o nível de acesso aos sistemas.

Grupo: NEGÓCIOS

- 1) Teste 1 - Análise de Risco de Crédito - Empréstimos Comerciais: Verificar se as concessões de créditos são respaldadas por análises de risco de crédito realizadas com base em informações corretamente cadastradas no Sistema de Risco de Crédito, sustentadas por documentação comprobatória fidedigna.
- 2) Teste 2 – Crédito Rotativo com caução de cheques: Comprovar se estão adequados os procedimentos de cadastramento dos ramos de atividade das empresas nas operações e se estão sendo observados os requisitos estabelecidos para os cheques aceitos em caução.
- 3) Teste 3 – Programa de geração de Emprego e Renda - Comprovar se são observados os parâmetros operacionais definidos para as operações do programa.
- 4) Teste 4 - Reestruturação Financeira: Comprovar se as operações de Reestruturação Financeira de clientes PF ou PJ enquadrada como ME ou EPP são originadas de operações nas condições estabelecidas pela empresa.
- 5) Teste 5 - Desconto de Títulos: Analisar se o controle da operação Desconto de Títulos é adequado, visando garantir segurança e liquidez.
- 6) Teste 6 - Crédito Rotativo com Redução de Juros: Comprovar se nas operações de Crédito Rotativo Pessoas Física e Jurídica com marcação para

redução de taxa de juros em razão de caução de títulos, recebíveis, depósitos ou aplicações financeiras, as garantias estão devidamente formalizadas e os valores bloqueados.

7) Teste 7 - Cobrança: Verificar se a unidade adotou as providências de cobrança dos créditos comerciais estabelecidas normativamente.

8) Teste 8 - Cartões de Crédito: Verificar a observância dos pré-requisitos necessários à concessão dos cartões, de acordo com a modalidade escolhida, bem como a manutenção dos dossiês com os documentos comprobatórios exigidos normativamente.

9) Teste 9 - Aplicações Financeiras: Verificar se as aplicações nos Fundos de Investimento, Letras Hipotecárias e CDB/RDB vêm sendo operacionalizadas de forma adequada.

10) Teste 10 - Depósitos Judiciais: Verificar se os procedimentos operacionais para levantamento dos saldos de depósitos judiciais são adequados.

11) Teste 11 - Análise de Risco de Crédito – Crédito Imobiliário PF: Verificar se nas operações de Crédito Imobiliário Individual, a avaliação de risco do cliente e da operação foi realizada com base em informações confiáveis.

12) Teste 12 – Crédito Imobiliário Individual - Avaliação da Garantia: Verificar se nas operações, a garantia foi avaliada corretamente, de forma a imprimir maior segurança à operação.

13) Teste 13 - Crédito Imobiliário Individual - Capacidade de Pagamento: Confirmar se na concessão é observada a capacidade de pagamento do tomador e a quota de financiamento estabelecida para o produto.

14) Teste 14 - Crédito Imobiliário Individual - Formalização dos Contratos: Averiguar se os instrumentos contratuais das operações foram formalizados corretamente.

15) Teste 15 - Financiamento de Material de Construção: Averiguar se a unidade adota mecanismos para impedir desvios dos propósitos da linha de financiamento.

16) Teste 16 – Recursos aplicados em Financiamentos Habitacionais: Avaliar se a aplicação dos recursos no financiamento de unidades habitacionais observa as diretrizes básicas estabelecidas.

17) Teste 17 - Análise de Risco de Crédito - Empreendimentos Habitacionais: Analisar se nos financiamentos de empreendimentos habitacionais, as avaliações do empreendimento, da operação, e dos contratantes, foram realizadas baseadas em informações confiáveis.

18) Teste 18 - Crédito Imobiliário - Liberação de Recursos: Verificar se no financiamento de imóveis na planta ou em construção, foram observadas as exigências para liberação das parcelas e controle dos recursos.

19) Teste 19 - Crédito Imobiliário - Cobrança: Avaliar se a unidade adota ações efetivas de cobrança dos créditos imobiliários em atraso e encaminha os dossiês para habilitação ao seguro de crédito interno nos prazos regulamentares.

**ANEXO 04 - GRAU DE RISCO ATRIBUÍDO PARA
QUESTÕES DO GRUPO CONTROLES POR UNIDADE**

Controles	Unidade A	Unidade B	Unidade C	Unidade D	Unidade E	Unidade F
Teste 1	M	A	M	M	M	A
Teste 2	M	B	M	M	M	M
Teste 3	C	C	C	C	C	C
Teste 4	M	B	C	M	B	C
Teste 5	C	C	M	M	C	C
Teste 6	M	NA	A	M	M	M
Teste 7	C	NA	C	C	NA	C
Teste 8	M	B	B	M	C	M
Teste 9	NA	NA	NA	NA	B	NA
Teste 10	C	B	M	B	C	M
Teste 11	B	C	C	C	B	C
Teste 12	B	B	C	B	C	C
Teste 13	C	B	C	B	C	C
Teste 14	B	B	B	B	C	A
Teste 15	B	B	NA	C	M	C
Teste 16	B	NA	C	C	B	A
Teste 17	B	M	B	M	M	M
Teste 18	M	B	C	A	A	M

Legenda:

A – Risco Alto

B – Risco Baixo

C – Conforme

M – Risco Moderado

NA – Não se Aplica

**ANEXO 05 - GRAU DE RISCO ATRIBUÍDO PARA
QUESTÕES DO GRUPO NEGÓCIOS POR UNIDADE**

Negócios	Unidade A	Unidade B	Unidade C	Unidade D	Unidade E	Unidade F
Teste 1	M	A	A	M	A	M
Teste 2	B	C	A	B	M	C
Teste 3	M	M	M	M	M	A
Teste 4	NA	NA	C	NA	NA	NA
Teste 5	NA	C	A	NA	A	M
Teste 6	M	A	A	M	M	A
Teste 7	A	A	B	M	C	M
Teste 8	M	A	M	M	M	C
Teste 9	M	M	M	M	A	A
Teste 10	C	NA	C	NA	NA	C
Teste 11	M	M	C	C	M	NA
Teste 12	M	C	C	C	C	C
Teste 13	B	B	C	C	C	C
Teste 14	B	M	C	B	C	NA
Teste 15	C	M	C	M	M	M
Teste 16	C	M	C	B	C	C
Teste 17	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Teste 18	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Teste 19	C	A	B	B	C	C

Legenda:

A – Risco Alto

B – Risco Baixo

C – Conforme

M – Risco Moderado

NA – Não se Aplica